

A historical map of the Atlantic Ocean, showing the Americas on the left and Europe on the right. The map is overlaid with several green text boxes containing text. The map itself features various geographical labels, including 'NORTH AMERICA', 'SOUTH AMERICA', 'EUROPE', and 'AFRICA'. It also includes numerous names of explorers and their dates, such as 'Columbus, 1492', 'Magellan, 1519', 'Cortez, 1534-1535', and 'Cabalot, 1501'. The map is rendered in a vintage style with a grid of latitude and longitude lines.

e-book

Desafios e perspectivas
epistemológicas
e metodológicas
do campo
comunicacional:
estudos comparativos
internacionais

Organizadores:
Maria Ângela Mattos
Max Emiliano Oliveira

Seminário

**Desafios e perspectivas
epistemológicas
e metodológicas
do campo
comunicacional:
estudos comparativos
internacionais**

Organizadores:

Maria Ângela Mattos

Max Emiliano Oliveira

Belo Horizonte
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

P816s Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Seminário Desafios e Perspectivas Epistemológicas e Metodológicas do Campo Comunicacional (1. : 2015. : Belo Horizonte, MG)
Seminário Desafios e Perspectivas Epistemológicas e Metodológicas do Campo Comunicacional: estudos comparativos internacionais / Organizadores Maria Ângela Mattos, Max Emiliano Oliveira. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.
121 p.

ISBN: 978-85-8239-023-8

1. Comunicação – Seminário. 2. Teoria do Conhecimento. 3. Pesquisa – Metodologia. 4. Estudos comparados I. Mattos, Maria Ângela. II. Oliveira, Max Emiliano. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social.

CDU: 301.153.2

Seminário

**Desafios e perspectivas
epistemológicas
e metodológicas
do campo
comunicacional:
estudos comparativos
internacionais**

25 a 27 de março | 2015

PUC Minas

Faculdade de Comunicação e Artes

Organizadores:

Maria Ângela Mattos

Max Emiliano Oliveira

Belo Horizonte
2015

Ficha técnica

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^{fa}. Patrícia Bernardes

Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação: Prof. Sérgio de Moraes Hanriot

Faculdade de Comunicação e Artes

Diretora: Prof^{fa}. Glória Gomide

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Coordenador: Prof. Eduardo de Jesus

Colegiado: Prof^{sa}. Maria Ângela Mattos, Mozahir Salomão Bruck

Organização e-book

Maria Ângela Mattos

Max Emiliano Oliveira

Comissão Organizadora do Seminário de Estudos comparativos

Maria Ângela Mattos

Max Emiliano Oliveira

Ellen Joyce Barros

Revisão

Lílian Bahia

Diagramação e identidade visual

Cláudio Lütkenhaus

Apoio

Capes

Sumário

| | |
|--|----|
| Apresentação | 8 |
| Programação | 10 |
| Raúl Fuentes Navarro | |
| Desafíos y responsabilidades de los estudios de la comunicación en América Latina | 13 |
| Maria Ângela Mattos | |
| Capital teórico da interação comunicacional e/ou midiaticizada: comparativo da produção acadêmica publicada no Brasil e México durante a primeira década de 2000 | 27 |
| Apontamentos iniciais | 29 |
| 1. Definindo rotas | 32 |
| 2. Ancoragem epistemológica | 36 |
| 2.1 Dimensão teórico-metodológica do EC | 36 |
| 3. Principais resultados do EC | 52 |
| 4. Por outras rotas | 58 |
| Referências | 61 |

Ivone de Lourdes Oliveira

| | |
|---|----|
| Desafios metodológicos do campo da comunicação no contexto das organizações: uma experiência de pós-doutorado | 67 |
| Introdução | 69 |
| Questões teóricas e metodológicas gerais | 73 |
| Considerações finais | 79 |
| Referências | 82 |

Mozahir Salomão Bruck

| | |
|---|-----|
| O jornalismo e o enfrentamento de cenários complexos inaugurais: o surgimento da Aids e do crack | 85 |
| 1. Os cenários complexos inaugurais | 87 |
| 2. Jornalismo e drogas: foco no acontecimento, não na problemática | 91 |
| 2.1 Percursos metodológicos para abordagem dos <i>corpora</i> | 93 |
| 3. Crack na imprensa: imagens crônicas de um grave problema social | 95 |
| 4. O ecstasy em Portugal | 100 |
| 5. Saúde pública e comportamento: surgimento da Aids instala novo cenário estarrecedor | 106 |
| 5.1 A Aids na imprensa brasileira | 112 |
| 6. Considerações finais | 116 |
| 7. Referências | 118 |

Apresentação

Este *e-book* reúne textos que fundamentaram os ricos debates realizados durante o **Seminário Internacional “Desafios e perspectivas epistemológicas e metodológicas do campo comunicacional: estudos comparativos internacionais”**, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da PUC Minas, entre os dias 25 e 27 de março de 2015. Foram dias de relevantes trocas de experiências quanto aos caminhos que os pesquisadores envolvidos têm adotado para seu trabalho investigativo em distintos campos e objetos analíticos.

Nesse sentido, ressalta-se a presença no Seminário do Prof. Dr. Raúl Fuentes Navarro (Universidade Jesuíta de Guadalajara/ITESO, Departamento de Estudios Socioculturales, do México), pesquisador especializado em metainvestigações em Comunicação em diversos países da América Latina. Além de proferir a palestra magna “Desafios e responsabilidades dos estudos de Comunicação na América Latina”, o convidado especial do evento estabeleceu, nos dias que se seguiram, enriquecedora interlocução com os demais painelistas e com os presentes ao evento.

O Seminário Internacional “Desafios e perspectivas epistemológicas e metodológicas do campo comunicacional: estudos comparativos internacionais”, promovido pelo Grupo de Pesquisa “Campo Comunicacional e suas Interfaces”, do PPGCOM da PUC Minas, constituiu-se, enfim, como espaço privilegiado para reflexões e debates, no âmbito da comunidade acadêmica em Comunicação, sobre os desafios e pers-

pectivas dos estudos comparativos internacionais em suas dimensões teórico-epistemológicas e metodológicas, com ênfase nos países onde foram realizadas pesquisas de pós-doutoramento dos docentes do PP-G-Com da PUC Minas, a saber, México, França e Portugal.

Os textos aqui reunidos sintetizam o momento dos estudos que os professores Ivone de Lourdes Oliveira, Maria Ângela Mattos e Mozahir Salomão Bruck vêm desenvolvendo a partir das investigações que realizaram em suas pesquisas pós-doutorais na França, México e Portugal, respectivamente. Oferece, ainda, elementos para que outros investigadores possam neles se inspirar para que as discussões oferecidas se ampliem e circulem cada vez mais, reverberando e nutrindo novas possibilidades de construção do conhecimento que substancia o campo comunicacional.

Boa leitura.

Colegiado do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas.

Programação

LOCAL: Sala Multimídios – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas – Prédio 42, 3º andar

Dia 25.3

14h às 17h

14h – 14h30 | Abertura

- Prof. Dr. Eduardo de Jesus – Coordenador do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas
- Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Mattos – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas

14h30 – 15h30 | Conferência de abertura da aula inaugural do Mestrado em Comunicação Social da PUC Minas

Desafios e responsabilidades dos estudos de Comunicação na América Latina

- Prof. Dr. Raúl Fuentes Navarro – ITESO – Universidade Jesuíta de Guadalajara, Departamento de Estudios Socioculturales, México

15h30 – 16h30 | Debate

16h30 – 17h | Coffee Break

Dia 26.3

14h às 18h

14h – 16h | Mesa redonda 1

Apresentação e debate de três estudos comparativos internacionais realizados pelos docentes do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas, em nível de pesquisa de pós-doutoramento, entre Brasil/México, Brasil/França e Brasil/Portugal.

- Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Mattos – PUC Minas
Capital teórico das interações comunicacionais e/ou midiáticas: estudo comparativo da produção acadêmica no Brasil e México durante a primeira década de 2000.
- Prof^a. Dr^a. Ivone de Lourdes Oliveira – PUC Minas
Estudo comparativo sobre as revistas científicas de comunicação organizacional da França e do Brasil: marcas epistemológicas.

16h – 16h30 | Intervalo Coffee Break

16h30 – 18h | Mesa redonda 2

- Prof. Dr. Mozahir Salomão Bruck – PUC Minas
Apresentação de um relato gravado em vídeo do estudo comparativo *O jornalismo e os cenários complexos inaugurais: coberturas sobre drogas no Brasil e em Portugal*, com duração média de 12 minutos.

MEDIAÇÃO DA MESA: Prof. Dr. Raúl Fuentes Navarro – ITESO/México e Prof^a. Dr^a. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires – PUC Minas



Dia 27.3

9h às 12h

9h | Relato de estudos comparativos internacionais

- Prof. Dr. Raúl Fuentes Navarro – ITESO/México
A institucionalização e internacionalização dos estudos sobre a Comunicação: uma história para escrever

MEDIAÇÃO DA MESA: Prof^a. Dr^a. Ivone de Lourdes Oliveira – PUC Minas
e Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Mattos – PUC Minas

DESAFÍOS Y RESPONSABILIDADES DE LOS ESTUDIOS DE LA COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA

Raúl Fuentes Navarro
raul@iteso.mx

Seminário Desafios e perspectivas epistemológicas e metodológicas do campo comunicacional: estudos comparativos internacionais
Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas
Marzo 25, 2015

Estoy muy contento de poder estar con ustedes en Belo Horizonte, una hermosa ciudad que no había tenido oportunidad de visitar a pesar de haber estado muchas veces en Brasil, desde hace más de 25 años, y de haber tenido el gusto de conocer a algunos profesores de la Pontificia Universidad Católica de Minas, entre quienes destaco de una manera especial con mi agradecimiento a la Prof^a. Dr^a. Maria Ângela Mattos por haberme invitado a venir y por haberse empeñado en la tarea de organizar las actividades académicas de este Seminario, que me permitirán compartir con ustedes algunas de las preocupaciones y de las satisfacciones que caracterizan hoy a los estudios universitarios de la comunicación en nuestros países.

Lamento mucho mi incapacidad para hablar en portugués, a pesar de que puedo entenderlo con bastante facilidad al escucharlo o leerlo. Tengo claro que mi problema está en el circuito fonético, y que a mi edad esa es casi seguramente una deficiencia irremediable. Confío en su benevolencia y en su paciencia para escucharme hablar en español, con

acento mexicano, lo que trataré de hacer con la mayor claridad de la que soy capaz. Y por esa misma razón preparé por escrito, antes de venir, lo sustancial de la propuesta de conversación que tengo para ustedes, y que de esa manera, puede quedar expuesta con mayor precisión. Al final de la lectura de mi texto, que además dejaré aquí por si alguien quiere consultarlo, estoy muy interesado en escucharlos a ustedes y conversar de una manera más libre e informal.

Y como de lo que voy a hablar tiene que ver con “desafíos y responsabilidades”, es necesario comenzar por una breve declaración acerca del lugar desde donde hablo, pues no me referiré a condiciones universales o a juicios válidos independientemente de la situación en la que se formulen. Trataré de plantear algunas de las implicaciones éticas, es decir, políticas, de ciertas maneras de contextualizar e interpretar el estado actual de los estudios de la comunicación en América Latina, según se manifiestan desde la perspectiva dentro de la cual trabajo, y que no suponen particularismos excluyentes. Asumo, por lo tanto, que puede haber diferencias, incluso radicales, con estas interpretaciones, dependiendo de las perspectivas del análisis, de los marcos de contextualización e interpretación, y de otros condicionantes de la experiencia. Teóricamente, hay que reconocer que por más que un texto parezca referido a un marco común, su significación depende de los sujetos comunicantes y no del propio texto. También, que el objetivo de la comunicación no es necesariamente el acuerdo, sino la posibilidad de compartir el sentido, incluso del desacuerdo.

Personalmente, he estado involucrado en la reflexión cotidiana, en la discusión para la definición de políticas, en la dirección práctica y en la investigación sistemática de los estudios académicos de la comunicación durante más de cuatro décadas, desempeñando diferentes perfiles profesionales y cubriendo distintas escalas de análisis y de incidencia, a partir siempre de mi trabajo en Guadalajara, adscrito simultáneamente a dos instituciones: el ITESO, la universidad jesuita donde se estableció el segundo curso más antiguo de Ciencias de la Comunicación en México, y la Universidad de Guadalajara, una de las mayores y más influyentes universidades públicas del país. He sido, antes que nada, un profesor de Teoría de la Comunicación y desde esa tan incierta dis-

ciplina he dedicado una buena parte de mi atención profesional a la investigación sistemática de las condiciones en que se ha desarrollado el propio campo académico, al mismo tiempo que a la intervención cotidiana en la formación y evaluación de investigadores, en la organización y aprovechamiento de los nexos interdisciplinarios, interinstitucionales e internacionales y, en la dimensión que en esta ocasión destaco, en el cuestionamiento de las implicaciones sociales de las prácticas de comunicación y, paralelamente, de las prácticas institucionalizadas para su estudio.

Este paralelismo – que puede incluso formularse como isomorfismo o como estructura fractal si se quiere – entre los procesos socioculturales de comunicación y las prácticas institucionalizadas de investigación, ha sido adoptado como postulado básico por distintos autores en distintas geografías y ayuda, sin duda, a plantear ciertos problemas como los que quiero enfocar en esta ocasión; problemas que requieren la reflexión articulada en varios planos o niveles de análisis: uno *ontológico*, sobre la naturaleza de la comunicación, que me gusta reconocer “como problema, como recurso y como solución”, dependiendo de cómo se le defina; otro nivel es el *epistemológico*, que cuestiona a la comunicación como objeto de conocimiento y, evidentemente, a ciertos comunicantes como nosotros, sujetos de ese conocimiento; y por supuesto un nivel *metodológico*, que tiene que ver con las maneras en que esos objetos de conocimiento y de definición se formulan como objetos de investigación. Pero antes que ese nivel *metodológico*, creo que conviene reflexionar sobre un nivel *praxeológico*, que considero muy importante en el estudio de la comunicación, pues la comunicación es, en su esencia más general, una práctica social o, como corresponde decirlo con mayor precisión, una práctica sociocultural, siempre situada, contextualizada, historizada, cruzada por el poder.

Esta dimensión praxeológica refiere obviamente al estudio de la *praxis*, de esa noción de origen clara y puntualmente marxista que sintetiza la integración entre teoría y práctica. ‘Teoría y práctica’, por cierto, es una dicotomía muy perniciosa cuando no se integran dialécticamente sus términos, lo cual es lamentablemente muy frecuente. De entrada, hay muchos intentos que se pueden hacer para no oponer — aunque sí

distinguir — los planos teóricos, conceptuales, generales, abstractos, y los planos de las prácticas, que con esas dicotomías acaban convirtiéndose en ‘aplicaciones’ de los modelos abstractos. Creo que esto debe hacerse al revés: es mucho más pertinente para el estudio de la comunicación, desde una perspectiva sociocultural, reconocer cómo se puede trabajar teóricamente, cómo se pueden elaborar abstracciones sistemáticas para el reconocimiento de las prácticas de comunicación, partiendo precisamente de las prácticas, y el argumento principal es que esa teorización no se puede hacer más que como una práctica de comunicación: no hay otra manera lógica posible para hacer eso. Sí se puede ver de otras maneras, pero precisamente ahí es donde entran en juego las condiciones de la perspectiva, del punto de vista desde el cual se trata de construir y reconstruir lo que sabemos y lo que hacemos en comunicación.

En este esquema conceptual básico, entonces, trato de establecer una primera relación entre tres términos: ‘prácticas sociales’, ‘objetos de conocimiento’ y ‘trabajo o intervención socioprofesional’. Esta relación, que semióticamente se podría trabajar en términos de discursos y metadiscursos, prefiero por ahora plantearla así, en un esquema en donde la comunicación articula, de entrada, prácticas sociales, objetos de conocimiento sobre esas prácticas sociales y modelos profesionales de ejercicio de esas prácticas sociales en un plano especializado, prácticas sociales que articulan representaciones — nociones sociales, no individuales — y mediaciones.

En el esquema pongo también en juego el concepto de ‘institución’, que creo que hay que trabajarlo en términos de proceso, como ‘institucionalización’, siguiendo a Giddens¹. Más que las instituciones como cosas, como referentes objetivos, conviene concebirlas como procesos sociales, en los que entran las normas más amplias de la constitución del Estado, del mercado, de todas estas grandes instituciones complejas, pero también las más elementales y básicas, como por ejemplo el

1 GIDDENS Anthony (1984): *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

lenguaje entendido como una institución social. Desde ahí, desde esa noción de instituciones, lo que propongo es volver a pensar a qué le llamamos ‘teoría’ y a qué le llamamos ‘práctica’, tratando de romper deliberadamente una costumbre, una institución de pensamiento, que nos orilla a pensar siempre en términos deductivos: como es más general la pregunta ontológica ‘qué es la comunicación’, entonces de eso dependerá — después de resolverla — cómo la conocemos, es decir, la cuestión epistemológica.

Propongo, en fin, abordar el proceso en el otro sentido: ‘qué es la comunicación’ dependerá entonces de cómo la definimos, de cómo la enunciamos, de cómo la trabajamos. Voy a seguir con ese razonamiento para sugerir esta vía — también en ese sentido opuesta al sentido común — que es pasar de esta dimensión praxeológica — de la práctica social reflexiva — a través de la reflexión precisamente, a la definición epistemológica: conocemos porque hacemos. No podemos conocer sin hacer. Esa es la lógica que quiero mantener como plataforma para nuestra conversación, que habrá que ubicar desde la noción de ‘doble hermenéutica’ — definida por Giddens como una condición fundamental de la ciencia social —, por la que tenemos que trabajar interpretativamente sobre interpretaciones y no sobre hechos puros, neutrales, objetivos. Esa es, por cierto, una premisa fundamental de nuestra práctica institucionalizada para la formación en investigación de la comunicación.

Detrás de esta elaboración puede estar esa famosa fórmula de Kurt Lewin de que “nada es más práctico que una buena teoría”. El juego con esta afirmación es que hay que saber qué es ‘una buena teoría’, y no solo qué es una teoría. En el mismo texto de Lewin, retomado recientemente por Klaus Bruhn Jensen², hay una interpretación del sentido de esta fórmula, que remite precisamente a la práctica: una buena teoría lo es en la medida en que tiene sentido para la práctica, en la práctica, desde la práctica, hacia la práctica. Esa postura es la que adopto como un punto de inspiración o de guía para lo que sigue.

2 JENSEN, Klaus Bruhn (2012): *A Handbook of Media and Communication Research. Qualitative and Quantitative Methodologies.* (2nd. ed.) London and New York: Routledge.

Siguiendo con Jensen, una de las pistas que trabaja es la que remite al trabajo de Denis McQuail para definir “qué entendemos por teoría”. McQuail³, el autor de los más famosos libros de texto sobre teorías de la comunicación desde hace más de 30 años, dice que hay varios tipos de teorías de la comunicación, todos revueltos, y que eso es gran parte del problema para distinguir qué es ‘teórico’ en el sentido duro, y qué lo es en los muchos sentidos blandos en los que se usa en este campo. Para él hay teorías científicas, es decir, elaboraciones sistemáticas que siguen las normas de la ciencia y que proveen de explicaciones especializadas, acotadas, de las causas y las consecuencias de sus objetos. Hay algunas teorías científicas de la comunicación, pero son más bien escasas, y se confunden y se revuelven fácilmente con las teorías normativas; es decir, no las que tratan de elaborar explicaciones sobre por qué y cómo y para qué es lo que es, sino cómo debe de ser. Por ejemplo, las teorías que establecen que ‘los medios de comunicación deben estar orientados al servicio público, deben fomentar la cultura y la educación’.

Pero el modelo de la opinión pública en la democracia deliberativa de Habermas es quizá el mejor ejemplo de una teoría normativa, a partir de la cual deduce Habermas⁴ la teoría de la acción comunicativa, que es uno de los ingredientes más desarrollados, más fuertes y más influyentes disponibles para el conocimiento de la comunicación en las últimas décadas. Hay elaboraciones ideales que se proponen para imponerlas — si se puede — o para ponerlas en interacción con el desarrollo institucional de las prácticas que regulan y no hay que confundir los ingredientes científicos, explicativos, con los ingredientes normativos en los discursos teóricos sobre comunicación.

Pero también hay, del lado del quehacer especializado, teorías *operativas*: lo que se ha sistematizado a partir de las prácticas, lo que se sabe hacer; es la ‘teoría’ que viene sobre todo de los ámbitos profesionales.

3 McQUAIL, Denis (2010): *McQuail's Mass Communication Theory* (6th ed.) London: Sage.

4 HABERMAS, Jürgen (1989): *Teoría de la acción comunicativa. I. Racionalidad de la acción y racionalización social*. Buenos Aires: Taurus.

Históricamente, el campo de estudios de la comunicación no nació de elaboraciones filosóficas abstractas o de principios sociológicos generales; nació de la necesidad de sistematizar y de legitimar intervenciones sociales muy concretas. Cuando se institucionalizó, primero en Estados Unidos, este campo no se alojó en institutos de filosofía, de sociología o de ciencia política, sino en los departamentos de periodismo, de artes liberales, de teatro, de lo que se llama allá ‘speech’: oratoria, discurso, pero en un sentido más amplio, quizá filología. Una buena cantidad de los ingredientes que nos sirven para reconocer qué es comunicación, en lugar de teorías formales, tienen su origen en teorías operativas sobre cómo se hace el periodismo, cómo se hace la propaganda, cómo se hace la educación, etcétera.

Y también hay teorías *cotidianas*, que no son especializadas ni sistemáticas; tienen que ver con todo lo que sabemos los seres humanos de estos ámbitos de la modernidad — más avanzada o más atrasada, no importamos comunicamos intensivamente y tenemos necesariamente una serie de nociones sobre lo que es la comunicación, que funcionan como representaciones teóricas, aunque no cumplen ninguna de las condiciones para ser teorías legítimas, ni en términos científicos ni en términos normativos, y ni siquiera en términos operativos. Es pura y simplemente el sentido común. Más recientemente aún, McQuail agregó un quinto tipo de ‘teoría de la comunicación’: la que él llama teoría *cultural*. Esto es interesante porque retoma la oposición entre las teorías científicas y las teorías interpretativas, que no necesariamente son científicas porque no necesariamente proveen de explicaciones especializadas de causas y consecuencias, sino que dan otro tipo de marcos para interpretar, quizá sistemáticamente pero desde otra epistemología, los procesos de comunicación.

Esto viene a cuento porque, para Jensen, el contexto que hace que sean relevantes estas distinciones entre tipos de teorías de la comunicación es la identificación cada vez más clara del proceso general de *mediatización* de las sociedades modernas, donde la experiencia de los sujetos y su incorporación al mundo institucional y al mundo de sentido, no es directa — y cada vez lo es menos; es decir, ese proceso de incorporación tiene que estar mediado y hay instituciones de mediación

especializadas. Pero no es lo mismo ‘mediación’ que ‘mediatización’. El profesor español Manuel Martín Serrano⁵ tiene una elaboración muy interesante del concepto de la mediación social, y ha desarrollado las consecuencias de la especialización de ciertas instituciones sociales, como los medios de difusión masiva, para hacer ese trabajo de mediación, que es esencial para el control social.

El desarrollo del concepto de mediatización, posterior, tiene que ver con la pregunta sobre por qué y cómo actúan los medios para controlar el desarrollo multidimensional de las sociedades contemporáneas y qué consecuencias tiene eso en la estructuración. Ese me parece que es un aspecto clave, de la mayor pertinencia, para el estudio de la comunicación y para la discusión de sus dimensiones, y para, en último término, responder a la pregunta de en qué sentido la comunicación, en este caso la pública, es central y en qué sentido marginal. Pero subrayo la necesidad de situar históricamente este contexto de las sociedades contemporáneas, que está cruzado por la lógica general de la relación entre el Estado y el Mercado.

Y en referencia a ese contexto, que resumo en una frase pero que es objeto de muchísima discusión, Jensen afirma que la tarea académica central es “diferenciar y fortalecer las bases sociales — no las bases académicas — para el razonamiento, la argumentación y la acción con respecto a los medios”; es decir, el trabajo que articula el trabajo académico y científico con los fines culturales y políticos de la sociedad en la que se inserta, para elaborar una comprensión, una manera más activa de interactuar con ese contexto, representado centralmente por eso a lo que se le llama ‘los medios’. Esto hace que quede muy claramente justificado ese aparente retroceso que se puede percibir en nuestro campo de ‘estudiar la comunicación no es estudiar los medios’, a ‘sí, sí es estudiar los medios’, porque los medios acaban siendo las instituciones centrales, determinantes, de la comunicación en estas sociedades, y la responsabilidad de comprender y hacer comprender a los demás esa dinámica es un desafío central y prioritario para el campo ahora

5 MARTÍN SERRANO; Manuel (2008): *La Mediación Social (Edición conmemorativa del 30 aniversario)*. Madrid: Akal.

conocido como de los ‘*Communication and Media studies*’, estudios de comunicación y de los medios.

Resulta que, especialmente cuando vemos nuestro trabajo con una lente praxeológica, es clarísimo cómo la investigación y las teorías de la comunicación se han desarrollado en una encrucijada de múltiples representaciones y mediaciones; hay una serie de discursos cruzados, revueltos, que cuesta mucho trabajo saber de dónde salieron y para dónde van, porque se originan en muy distintas fuentes de conocimiento, por ejemplo, de los cuatro o cinco tipos de teorías de la comunicación que Jensen retoma de McQuail. Si adoptamos esta perspectiva praxeológica, es todavía más complejo desembrollar lo que tenemos disponible como recursos: intelectuales, científicos y académicos, pero esa es una tarea muy importante, pues las nociones menos críticas, las que prevalecen en la vida cotidiana sostenidas por intereses comerciales y sectarios, las creencias del sentido común, tienden a imponerse como las teorías predominantes de la comunicación.

Es muy obvio que los procesos de estructuración de campos académicos, disciplinas y profesiones, están directamente relacionados con las maneras como se han representado y han evolucionado los procesos de institucionalización de los medios, los sistemas y las políticas de comunicación en determinados países. En el origen de los estudios de comunicación, la descripción y la comprensión de los medios, los sistemas y las políticas para intervenir en ellos eran centrales, pero después se fueron relegando, porque creímos que ‘lo que importa es la comunicación, y no los medios’. Ahora hay que recuperar, al menos, la noción de que lo que tenemos enfrente viene de una serie de relaciones construidas, muy compleja y contradictoriamente, en referencia a esa esfera de la mediatización de las sociedades contemporáneas.

Un colega de Jensen, danés como él, Stig Hjarvard⁶, ha señalado dos desarrollos del campo de la comunicación que hasta ahora se han apoyado uno al otro, pero que pueden entrar en conflicto: la institucionalización

6 HARVARD, Stig (2012): “*Doing the Right Thing. Media and Communication Studies in a Mediatized World*”, *Nordicom Review, Supplement*, 33, pp.27-34.

académica y la mediatización de la cultura y la sociedad. Es decir, el campo académico existe y se ha desarrollado institucionalmente debido a la importancia crecientemente reconocida a sus objetos de estudio, especialmente la comunicación mediada, pero cuando la influencia formal y la mediación comunicacional crece de tal manera que determina a otras actividades socioculturales, – políticas, económicas, educativas, religiosas, etc.–, la mediatización del entorno cotidiano no solo afecta a los objetos de estudio sino también al estudio mismo, además de presionar a la universidad como institución social que es. La mediatización, dice Hjarvard, “no solo implica un cambio en el grado en que los medios influyen los asuntos culturales y sociales, sino también en la manera misma en que conceptualizamos la relación medios-sociedad”, generando más fragmentación e instrumentalización que las que de por sí han caracterizado al campo académico.

En los términos de McQuail y Jensen, es preocupante que las teorías cotidianas, culturales e incluso operativas de la comunicación, que tienen creciente crédito y sustento en los medios y la publicidad de dispositivos tecnológicos, tiendan a ocupar todo el espacio disponible para las teorías, sin que los proyectos científicos o normativos puedan prosperar en los sitios destinados a la investigación y la formación profesional especializadas y autónomas, comprometidas con la sociedad como conjunto y no con alguno de sus sectores dominantes. Puede leerse así una creciente proporción de los discursos académicos, producidos y consagrados en los circuitos internacionales, y por eso deliberadamente hasta ahora solamente he citado a autores europeos. En la literatura actual del campo de estudios de la comunicación hay algunas preguntas a las que hay que poner mayor atención, como la de las nuevas figuras profesionales que emergen del entorno de las ‘convergencias’ y de la reestructuración de la ‘ecología de los medios’. Pero también habría que meter ahí, por ejemplo, la crítica a la demagogia de la ‘libertad de los usuarios’, el problema de la fragmentación de las audiencias, y el de la recontextualización de los términos del problema de la responsabilidad social, el problema ético de las prácticas.

Reviso por eso una obra del francés Dominique Wolton⁷ que tiene un título inquietante, quizá exagerado: *Salvemos la comunicación*, un libro que prácticamente no tiene que ver directamente con la epistemología o con la ontología de la comunicación, pero sí con esta preocupación ética, urgente para él. Wolton hace su recuento — y sería interesante ver cómo coincide y cómo difiere de otros de los muchos análisis disponibles — de las contradicciones de esta ‘sociedad de la información’. Él subraya cinco. Uno, ¿quién paga, quién financia? Nada es gratuito. Dos, el reforzamiento del individualismo y la segmentación. Tres, la necesidad de intermediarios humanos. Cuatro, la *trazabilidad*. Cinco, ‘demasiada información mata la información’. Subrayo el punto tres, la necesidad de intermediarios humanos, porque es un elemental punto de confrontación de ese *tecnologicismo* que nos invade y que tiende a atender a los sistemas como si fueran sujetos.

El punto es tan elemental como que los sistemas tecnológicos no funcionan solos; están diseñados para someternos como sujetos a esa lógica de operación: a veces como opinadores, a veces — casi siempre — como clientes, consumidores, a veces como votantes, a veces como fieles potenciales de una nueva secta, etcétera. Es decir, el sujeto está, por supuesto, incorporado instrumentalmente en el diseño de los sistemas de operación, como en cualquier tecnología. Pero ¿qué consecuencias tiene la proliferación de maneras de estar conectados? La ‘trazabilidad’, punto cuatro de Wolton —y tema central de uno de los libros más recientes de Armand Mattelart⁸, *Un mundo vigilado*— es un asunto sobre el que hace falta todavía mucha claridad, pero que no deja de ser enormemente inquietante. Los derechos a la privacidad y a la comunicación están en cuestión, pero habrá que reservar para otra ocasión su discusión, al igual que una revisión más fina de lo que propone Wolton sobre los viejos y los nuevos oficios de los comunicadores, en términos de cómo se están imponiendo necesariamente redefiniciones de las responsabilidades.

7 WOLTON, Dominique (2006): *Salvemos la comunicación. Aldea global y cultura. Una defensa de los ideales democráticos y la cohabitación mundial*. Barcelona: Gedisa.

8 MATTELART, Armand (2009): *Un mundo vigilado*. Barcelona: Paidós.

Por ahora, sin embargo, hay que pasar rápidamente, para cerrar este planteamiento, a *El Poder de la Comunicación* de Castells⁹, especialmente a su noción de la ‘auto-comunicación de masas’, modelo de la constitución del sujeto social como sujeto conectado. Encuentro mucha agudeza en su empleo de la vieja idea de *gatekeeping*, es decir, de las instancias de mediación social con respecto a los flujos en la red. Creo que esa es una pista que se tiene que seguir, sobre todo para no leer maniqueamente su propuesta de tensión entre el poder de la *programación* — que concentra poder en unas pocas manos — y el poder de *reprogramación* de los movimientos alternos en la misma sociedad red, con los mismos recursos y algunas de las mismas condiciones de práctica de la comunicación, de la praxis comunicativa. La diferencia entre la práctica de comunicación y la praxis comunicativa estaría en la reflexión incrustada, o incorporada — como diría Bourdieu — en esa práctica.

Además de su capacidad de documentación y de construir hipótesis muy atrevidas, pero con mucha capacidad para sostenerlas, Castells abre en esta obra la cuestión de cómo pasar, en términos giddensianos, del análisis de las estructuras a la agencia en la sociedad red, y de ahí sale su teoría del poder comunicacional, en la que necesariamente tiene que incorporar dos ingredientes: uno—que no es novedad para él— que es el proceso de ciudadanía activa y participativa; y otro—que sí es novedad— que es la cuestión cognitiva. Dice que no se puede entender la sociedad red sin entender las redes neuronales, y por ello le dedica un capítulo entero del libro a su incursión en las ciencias cognitivas. Esa es una novedad para un líder de la sociología, pues hasta donde dan mis referentes, los sociólogos habían preferido siempre dejarles ese problema a los psicólogos.

Finalmente, me refiero a un texto de mi colega Guillermo Orozco¹⁰, que forma parte de un libro sobre la recepción en América Latina y que bajo

9 CASTELLS, Manuel (2009): *Communication Power*. Oxford and New York: Oxford University Press.

10 OROZCO GÓMEZ, Guillermo (2011): “La condición comunicacional contemporánea. Desafíos latinoamericanos de la investigación de las interacciones en la sociedad red”, en Nilda JACKS (coord. ed.), *Análisis de recepción en América Latina: un recuento histórico con perspectivas al futuro*. Quito: CIESPAL, pp.377-408.

el título “*La condición comunicacional contemporánea*” hace una reflexión más o menos equivalente — en sus términos — a la que he hecho hoy, referida a las tradiciones de estudio de la recepción de medios en América Latina, en las que él ha sido protagonista desde hace muchos años. Para Orozco, ante los procesos de transformación y no-transformación de la comunicación, ya no tiene mucho sentido hablar solo de recepción; la revolución de enfatizar la recepción en lugar de la emisión ya pasó, y ahora hay que acabar de romper el esquema, porque ‘emisión’ y ‘recepción’ son términos de un proceso lineal que ya no es sostenible, sobre todo para estudiar los procesos de comunicación en las pantallas múltiples, todas interconectadas. Lo que Guillermo está proponiendo — y que no están proponiendo ni Wolton ni Castells ni muchos otros — es que ahora sí hay que llamarle a las cosas por su nombre: los procesos de ‘recepción’ tienen que convertirse en los procesos de ‘interacción comunicativa’, y los receptores — activos o pasivos — esos sujetos ciudadanos, son los ‘comunicantes’, son los ciudadanos en su rol de comunicantes.

Y con esta referencia a un texto de Orozco, regreso al título de esta intervención, que refiere explícitamente a “desafíos y responsabilidades de los estudios de la comunicación en *América Latina*”. Hace poco advertí que deliberadamente estaba citando solamente a autores europeos, pero estaba, desde el principio tratando de referirme a América Latina, o al menos a ciertas condiciones que histórica y geopolíticamente nos obligan a conservar ese término. Hay tradiciones críticas y compromisos con proyectos sociales emancipadores que están afortunadamente vigentes en muchos lugares, incluyendo algunos espacios académicos, pero las tendencias predominantes son obvia y preocupantemente las contrarias. La corrupción generalizada, la crisis estructural, la negación de un futuro digno para la mayor parte de las juventudes, la violencia extrema y descarnada como realidad cotidiana, el cultivo estratégico de los conflictos, una economía depredadora e injusta y una educación caracterizada por lo que he llamado el ‘inmediatismo superficial’, una de las más elocuentes y extendidas manifestaciones de la mediatización en su peor sentido, más allá de la fragmentación y la instrumentación de los recursos comunicacionales que se detectan y preocupan en contextos de sociedades más equilibradas y estables que las latinoame-

ricanas, requiere probablemente poner la atención en otros factores, distintos de la representación de la identidad nacional o regional.

Es de esperarse que una recomplicación praxeológica, en términos de un proceso compartido de repensar, a lo que nos lleve sea al redescubrimiento de esquemas y figuras conceptuales mucho más sencillas como tales, pero mucho más centrales para entender los procesos sociales y para reapropiarnos así de sus consecuencias; por lo menos los que ya no conviene identificar como procesos de producción, circulación y consumo de mensajes, o de bienes culturales, o de representaciones simbólicas, o de ideologías, sino como procesos de participación de sujetos sociales responsables en procesos de producción de sentido. Rescatar y cultivar esta capacidad es, me parece, el principal desafío actual de los estudios universitarios de comunicación en América Latina, al igual que en el resto del mundo.

Muchas gracias por su atención.

CAPITAL TEÓRICO DA INTERAÇÃO COMUNICACIONAL E/OU MIDIATIZADA: comparativo da produção acadêmica publicada no Brasil e México durante a primeira década de 2000

Maria Ângela Mattos

Resumo: A questão central do artigo é refletir sobre aspectos teórico-metodológicos do estudo comparativo dos artigos científicos publicados no Brasil e México durante a primeira década de 2000 que abordam o fenômeno da interação comunicacional e/ou midiaticada (IC/M). Este estudo é fruto de pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida pela autora no *Departamento de Estudios Socioculturales da Universidad Jesuítica de Guadalajara* e apresentada no Seminário “Desafios e Perspectivas Epistemológicas e Metodológicas do Campo Comunicacional: estudos comparativos internacionais”, promovido pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC Minas entre os dias 25 e 27 de março de 2015. O artigo discorre sobre o processo de elaboração da proposta do estudo comparativo, seu processo de desenvolvimento e os principais resultados da fase descritivo-analítica do *corpus*, constituído por 20 textos elaborados por autores brasileiros e 14 mexicanos. Por último são colocadas em debate as possíveis categorias analíticas a serem consideradas na próxima etapa do trabalho, que consiste no tratamento qualitativo do *corpus*.

Palavras-chave: Metapesquisa. Estudo comparativo. Artigos científicos. Brasil e México. Processos de interação comunicacional e/ou midiaticada.

THEORETICAL CAPITAL OF COMMUNICATIONAL INTERACTION and/or MEDIATIZED: comparative academic work published in Brazil and Mexico during the 2000's

Maria Ângela Mattos

Abstract: The central question of the article is to reflect on theoretical-methodological aspects of comparative study of scientific articles published in Brazil and Mexico during the 2000's that discuss communicational interaction and/or mediatized (IC/M) phenomenon. This study is the result of a post-doctoral research, developed by the author, in the Department of Socio-cultural Study of the Jesuit University of Guadalajara. It was also presented at the seminar "Desafios e Perspectivas Epistemológicas e Metodológicas do Campo Comunicacional: estudos comparativos internacionais" (Challenges and Perspectives of Epistemological and Methodological Communicational Field: international comparative studies), sponsored by the Graduate Program in Communication at PUC Minas from 25th to 27th March, 2015. The article discusses the elaboration process of the comparative study, its development process and the main results of the descriptive-analytic phase of the *corpus*, comprising 20 texts drawn up by Brazilian authors and 14 Mexican ones. Finally it is put into debate the possible analytical categories to be considered in the next stage of work, which consists of the qualitative treatment of *corpus*.

Keywords: Meta-research. Comparative study. Scientific articles. Brazil and Mexico. Communicational interaction processes and/or mediatized.

Apontamentos iniciais

A motivação para a realização da metapesquisa comparativa relatada neste artigo teve como cenário a produção científica em Comunicação de brasileiros e mexicanos que tem demonstrado, desde a década de 1990, interesses e experiências convergentes nesta área de investigação. As pesquisas desenvolvidas nos dois países, cada qual com suas especificidades socioculturais e acadêmico-institucionais, têm contribuído para o avanço das reflexões sobre os desafios desses estudos na América Latina.

Muito tem sido feito. Mas há muitos desafios pela frente. Daí a importância de dar continuidade às metainvestigações e de avançar na formulação de quadros conceituais, analítico-interpretativos das pesquisas de recepção e mediação – perspectivas centrais dos estudos latino-americanos em Comunicação que têm impulsionado a emergência e desenvolvimento de estudos sobre as interações comunicativas. Nessa direção, destaca-se a primordialidade da realização deste estudo destinado à análise comparativa dos artigos publicados durante a primeira década de 2000 em periódicos de referência no Brasil e México que abordam os processos de interação comunicacional, midiaticizados ou não, buscando apreender e qualificar o capital teórico que os orienta e os fundamenta.

Este trabalho é resultado da pesquisa pós-doutoral desenvolvida por sua autora no *Departamento de los Estudios Socioculturais* da Universidad Jesuita de Guadalajara/ Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO), sob a colaboração do Prof. Dr. Raúl Fuentes Navarro, durante o segundo semestre de 2013. A proposta central desta pesquisa consistiu em identificar e analisar as possíveis convergências, aproximações e diferenças de perspectivas entre os artigos do *corpus*, evidenciando, sobretudo, as potencialidades e limitações da produção acadêmica dos dois países para a (re) construção de um possível capital teórico das interações comunicacionais e/ou midiaticizadas (IC/M).

Este recorte temático e espaço-temporal justifica-se pelas seguintes razões: acúmulo de conhecimentos e experiências em metainvestigações na área desenvolvidas por estudiosos brasileiros e mexicanos, entre elas as pesquisas internacionais comparativas realizadas por Fuentes, inclusive entre Brasil e México; necessidade de dar continuidade aos estudos sistemáticos qualitativos e autorreflexivos desenvolvidos nos dois países sobre a Comunicação e seus referentes epistemológicos; crescimento significativo de pesquisas latino-americanas que abordam os processos interacionais.

Como se deu o processo de definição dos aportes teórico-conceituais, bem como do percurso, procedimentos e estratégias metodológicas do estudo comparativo (EC) sobre os artigos científicos que abordam os processos interacionais, midiaticizados ou não, publicados em periódicos de referência do Brasil e do México durante a primeira década de 2000? Quais os principais resultados do EC, em sua fase descritivo-analítica, e as possíveis categorias de análise qualitativa do *corpus* a serem definidas na fase atual desse estudo? Essas perguntas norteiam as reflexões deste artigo, fruto de questões abordadas no *paper* acerca da metainvestigação comparativa Brasil e México, apresentado no referido seminário sobre estudos comparativos internacionais, entre outras motivadas pelo desdobramento dos debates ocorridos durante esse evento.

O trabalho estrutura-se nos seguintes tópicos: no primeiro – “Definindo rotas” – apresenta-se os objetivos, perguntas e motivações do EC e, em seguida, as pistas fornecidas por metainvestigações desenvolvidas

por estudiosos brasileiros e mexicanos que subsidiaram a elaboração do projeto de pesquisa pós-doutoral. No segundo tópico – “Ancoragem epistemológica” – são abordadas as dimensões teórico-metodológicas do EC, enfatizando os conceitos-âncora da metapesquisa comparativa, como texto, discurso, artigo e periódico científico, pesquisa teórica, metapesquisa, estudo comparativo. Ainda nesse mesmo tópico promove-se discussão conceitual sobre interação comunicacional e/ou midiaticizada (IC/M), questão central do objeto abordado pelos textos do *corpus*, além de discorrer sobre as etapas e procedimentos metodológicos empregados para mapear, classificar e analisar os textos do *corpus*, como também os resultados preliminares do EC. Ao final do artigo, são debatidas outras possíveis rotas antes de prosseguir a travessia, particularmente as categorias de interpretação e comparação dos resultados globais da metainvestigação.

1. Definindo rotas

O estudo comparativo de artigos científicos que abordam os processos de IC/M, publicados no Brasil e no México durante a primeira década de 2000, é desdobramento da metapesquisa sobre *papers* apresentados durante o mesmo período¹ nos encontros anuais da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós), em seus diversos grupos de trabalho (GTs).

Tal metapesquisa revelou que este objeto tem sido amplamente estudado na Pós-graduação no Brasil, notadamente a partir dos anos 2000, sob múltiplas perspectivas, recortes e problemáticas, recebendo grande

1 O principal objetivo da metapesquisa “A construção do capital teórico sobre os processos de interação midiaticizada nos artigos científicos apresentados nos encontros anuais da Compós durante a primeira década de 2000” consistiu em averiguar o que há de midiaticizado nas interações comunicativas nos textos apresentados à Compós, bem como analisar os aportes teórico-metodológicos acionados por seus autores e suas contribuições e limites para a construção do capital teórico da interação midiaticizada. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), tal metapesquisa foi desenvolvida pelos integrantes do grupo de pesquisa “Campo Comunicacional e suas Interfaces”, sob coordenação da autora desse artigo, durante o período 2011-2013.

diversidade de denominações². Ao mesmo tempo, evidenciou dispersão e fragmentação deste objeto de investigação quanto aos aspectos teóricos, conceituais e metodológicos, o que, certamente, tem dificultado a sistematização do capital teórico acerca do fenômeno das interações.

Além deste estudo, a elaboração do projeto de pós-doutoramento levou em conta outras metainvestigações sobre questões afins à problemática das interações desenvolvidas na América Latina, especialmente no Brasil e no México, que contribuíram para a problematização, construção e fundamentação do objeto de pesquisa pós-doutoral.

A primeira delas diz respeito à análise comparativa das fontes bibliográficas da pesquisa na Pós-graduação em Comunicação no México e no Brasil, desenvolvida pelo pesquisador Raúl Fuentes (2007) que, além de apontar especificidades do campo acadêmico desses dois países, identificou problemas e desafios comuns da produção científica que afetam as condições e os processos de geração de conhecimento em Comunicação. Entre eles destacam-se: endogenia, número reduzido de estudos autorreflexivos sobre o campo comunicacional (CC) e midiático, desequilíbrio entre referências estrangeiras e nacionais (prevalecendo as primeiras), falta de contato com pesquisadores de outras regiões do globo, chaves de continuidade e de mudanças nos paradigmas, modelos e categorias que fundamentam essas metainvestigações.

Outras duas metapesquisas examinadas traçaram um panorama da primeira década de 2000 dos estudos de recepção no Brasil (JACK *et al.* 2011) e México (PADILLA *et al.* 2011) e evidenciaram a importância dos estudos sobre as interações para o avanço da pesquisa comunicacional, propondo mudanças no olhar sobre a relação dos sujeitos com os meios (novos e antigos), cada vez mais proativos e participativos. Essas

2 A adoção da expressão interação comunicacional e/ou midiaticizada no EC dos artigos analisados está relacionada à identificação da multiplicidade de termos e expressões empregados nos *papers* apresentados à Compós relativos às interações comunicativas. Essa descoberta levou à não redução do fenômeno investigado à interação midiaticizada, ampliando assim o vocabulário e a abordagem acerca dos processos interacionais.

mudanças têm gerado questionamentos sobre a validade do uso do termo e do próprio estatuto da recepção, visto ser restritivo e não abarcar a diversidade e as novas dinâmicas dos processos comunicativos contemporâneos³.

A metainvestigação sobre as teses e dissertações defendidas nos programas de Pós-graduação em Comunicação no Brasil (PPG-COM) revelou que o fenômeno da interação é pouco investigado na Pós-graduação. Segundo Jacks, John e Silva (2012), além da baixa incidência de estudos sobre a internet, esses trabalhos ainda não focalizam a problemática da interação, o que não envolve somente a web, mas os meios em geral, vez que eles estão cada vez mais se adequando à lógica e ao processo de convergência técnico-midiático.

Já o estudo mexicano sobre as pesquisas de recepção trouxe evidências empíricas que permitem aproximações com alguns achados da metapesquisa sobre os *papers* da Compós, sobretudo ao aumento do número de artigos científicos que tratam do fenômeno da IC/M, principalmente a partir do terceiro milênio.

A investigação “Fontes bibliográficas sobre a interação adotadas na primeira década de 2000 na graduação e Pós-graduação em Comunicação no México” (2004) inventariou, por sua vez, títulos de 140 livros. Conforme Marta Rizo Garcia – pesquisadora da Universidade da Cidade do México, naquela ocasião integrante do grupo de pesquisa *Hacia una Comunicología Posible* (Gucom) e responsável pela realização dessa pesquisa –, a dimensão interacional tem pouca presença nos estudos de comunicação, tanto nos aportes teóricos quanto nos estudos empíricos, além de prevalecer o enfoque da interação interpessoal. Em

3 Embora essas duas metapesquisas versem sobre a mesma questão, elas se diferenciam quanto ao período de realização e aos tipos de trabalhos analisados: a primeira traça um panorama dos estudos de recepção desenvolvidos no México por um período de quatro décadas (1960-2000), abrangendo amplo universo de gêneros de trabalhos acadêmicos (livros, capítulos de livros, artigos, teses de mestrado e doutorado etc.). Já a segunda diz respeito ao panorama da última década (até 2009), especificamente das teses e dissertações sobre recepção no Brasil desenvolvidas no âmbito discente dos PPG-COM.

síntese, o estudo concluiu que havia poucas pesquisas empíricas sobre interação no campo acadêmico mexicano, sendo que seus aportes principais são de conteúdo e enfoque teóricos. Rizo Garcia evidenciou ainda que a Psicologia Social é fonte histórica predominante nos estudos conceituais sobre o tema e que a grande maioria das obras é exterior ao campo comunicacional.

Considerando os problemas apontados pela maioria dessas metapesquisas e, em particular, a referida no parágrafo anterior, foi possível inferir que a tímida bibliografia sobre a interação na perspectiva comunicacional não é particular ao México, tendo em vista a carência de estudos sistemáticos que situam e analisam os mapas conceituais e interpretativos sobre o fenômeno, discutindo sua validade, relevância e pertinência para o avanço das investigações na área.

Nesse sentido, o alerta feito por Goffman em “A Ordem da Interação” (1998) de que a teorização acerca do tema foi negligenciada pelas ciências humanas continua na ordem do dia, sobretudo nas pesquisas em Comunicação. As IM, em particular, além de se configurarem como nova modalidade de interação na contemporaneidade, têm afetado outros regimes interacionais ainda hoje pouco explorados nos estudos do campo, como será discutido no tópico seguinte deste artigo.

Diante deste breve panorama das metainvestigações, foi possível identificar dois aspectos comuns à produção acadêmica no Brasil e no México: a emergência do “interacional” na pesquisa em Comunicação e a carência de estudos sistemáticos, qualitativos e críticos sobre os processos interacionais contemporâneos, midiaticizados ou não, impulsionados pelo crescente processo de midiaticização, convergência e mediação sociotécnica na contemporaneidade.

2. Ancoragem epistemológica

2.1 Dimensão teórico-metodológica do EC

Na visão de Eliseo Verón, citado por Maldonado (2001), o texto se constitui num conceito empírico que designa pacotes de linguagem abrangendo objetos escritos, orais, visuais, entre outros, e não uma unidade. O texto é, portanto, um objeto multidimensional – o que no caso do EC diz respeito aos artigos científicos –, podendo se submeter ainda a abordagens de análise diversas, como, por exemplo, histórica, sociológica, comunicacional, semiótica, e gramatical. Mas, o mais importante, no prisma de Verón, é definir o tipo de análise que responda às questões convocadas pelo objeto de estudo, notadamente a problemática da pesquisa, pois é ela que define o percurso, os métodos e as técnicas adequadas ao objeto e não o contrário.

A construção do saber é concebida por Verón (*apud* MALDONADO, 2001), como rede intertextual por ser parte de um sistema produtivo formado por um conjunto de instituições com suas normas e regras que se encontram no interior da sociedade. Por sua vez, o discurso científico é produzido por essas instituições. O texto científico não pode ser considerado, portanto, como algo intrínseco e explicável por si mesmo à medida que ele é produto sócio-histórico e institu-

cional fabricado em razão de inúmeros fatores que fazem parte de sua constituição.

Nessa perspectiva, os artigos científicos do EC constituem um *corpus* discursivo complexo, visto que um mesmo texto contém vários outros, ou seja, cada artigo investigado dialoga com outros textos, autores, vertentes de pensamento, áreas de conhecimento. Em outras palavras, a concepção de artigo científico adotada neste estudo é compreendida como rede discursiva atravessada por vários discursos ou perspectivas que o concebem e o fundamentam, configurando-se, portanto, como um *locus* da interdiscursividade e intertextualidade.

Verón argumenta ainda que o discurso científico é aquele que além de descobrir aspectos sobre a realidade, analisa seus próprios procedimentos e produz conhecimentos metódicos acerca de estratégias e caminhos que devem ser seguidos para obter conhecimentos sobre o objeto de estudo.

Inserindo esta discussão conceitual no campo da comunicação (CC), este autor reconhece que houve crescimento significativo da pesquisa durante os anos 80 e 90 do século XX, embora a produção teórica continue sendo restrita a poucos estudiosos e com fortes problemas de circulação no espaço acadêmico. Para Maldonado (2001, p.230-231),

O trabalho teórico apresenta grandes dificuldades pela fragmentação e ambiguidade das proposições críticas. A crise dos paradigmas não foi um processo que afetasse os burocratas do pensamento; eles normalmente mudam de esquema de acordo com as modas ou conveniências econômicas [...]

De acordo com o diagnóstico de vários teóricos da comunicação, os problemas discutidos por Verón estão na agenda atual do campo. Oportuno recorrer a Braga (2011) para quem o maior desafio da Comunicação como área de conhecimento é combater a dispersão e a fragmentação. Sob a perspectiva processual da Comunicação, o autor propõe manter a diversidade e trabalhar contra a dispersão, ressaltando:

Muitas pesquisas da área ocorrem nessas interfaces – Comunicação e Política; Comunicação e Cultura; Comunicação e diversas questões sociológicas, linguísticas, antropológicas, etc. Em todas estas áreas de pesquisa, uma questão se põe como fundamental para assegurar possibilidades de avanço do conhecimento em Comunicação e de contribuição fundamental para as CHS (*referindo-se às ciências humanas e sociais*): o que há de comunicacional nessa interface? [...] (BRAGA, 2011, p. 64-65). (Texto e grifos nossos).

Com esta mesma preocupação, Verón propunha já nos anos 80 alternativas para superar a desarticulação entre teoria e empiria, teoria e metodologia, os diferentes momentos da pesquisa, enfim, superar a falta de unidade e controle orgânico de todos os componentes implicados no processo de produção do conhecimento. Daí a razão da crescente importância que vem alcançando a metainvestigação no CC, entendida por Fuentes Navarro (2007) como a

[...] pesquisa sobre a pesquisa; mas se considerarmos que, como toda ciência social, a pesquisa da comunicação está determinada por ‘dupla hermenêutica’(Giddens, 1984), uma vez que encerra uma interpretação de interpretações; abre-se uma dupla possibilidade: considerar a meta-pesquisa como pesquisa de terceiro grau [...] (FUENTES NAVARRO, 2007, Nota 1, p. 166).

Em seminário realizado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), em 2003, Lopes assinalava a importância da metapesquisa neste campo ao afirmar que as críticas à própria prática da pesquisa não são apenas úteis, mas indispensáveis, “uma vez que traduzem a reflexão de uma ciência sobre si mesma, esclarecendo seu campo de atuação, seus procedimentos, o valor de seus resultados e o âmbito de suas possibilidades”. (LOPES, 2003, p. 10).

Embora considere a constituição do CC recente e incipiente devido às suas pretensões de cientificidade, Fuentes Navarro (2007) chama atenção para o fato de que essas questões seguem abertas, exigindo tanto indagação histórica quanto exploração empírica nos diversos níveis e

âmbitos. Este estudioso enfatiza também que tal espírito de autoquestionamento e de autorreflexão que já dura mais de cinco décadas propicia e o mantém em processo de mudança e de crise.

No que tange à dimensão metodológica da produção de conhecimento no campo, Maldonado (2001) ressalta que os diagnósticos realizados por Verón não se limitaram a construir argumentos ou a elaborar abstrações sobre temas determinados, mas também em construir procedimentos e técnicas e refletir sobre os métodos de investigação. Nesse âmbito, o método comparativo (MC) foi central na perspectiva estrutural adotada por Verón. Para ele, o ponto de partida é a mensagem mesma – no caso deste estudo, os textos científicos – visto que sua análise permite reconstruir o repertório e investigar as combinações, distinções, entre outros aspectos relevantes.

Indo mais além, Verón (*apud* MALDONADO, 2001) considera que o emprego do MC pressupõe colocar o discurso em relação às suas condições de produção (políticas, institucionais, ideológicas, entre outras)⁴ e de reconhecimento⁵ (no caso do objeto deste artigo, as comunidades científicas), o que não significa, porém, estabelecer relações simétricas nem deterministas entre elas. Por isso Verón assinala que as mesmas condições de produção não produzem necessariamente o mesmo texto, mas, sim, uma classe de textos.

Conforme Antonini (1997), o MC permite ainda compreender as especificidades de um objeto ou sujeito, bem como de que maneira funcionam as relações de semelhança e transgressão num mesmo corpo social, ou

4 As condições de produção são caracterizadas mediante o conhecimento dos elementos que participam, numa enunciação, das operações realizadas para a sua construção, bem como das propriedades verificadas na análise sistemática dos textos/discursos.

5 No contexto das condições de reconhecimento dos discursos, Verón, citado por Maldonado (2001), considera que não existe uma única gramática, mas várias, à medida que em diferentes setores da estrutura social a recepção é distinta, compreendendo uma pluralidade de interpretações. Conseqüentemente, não há correspondência entre a gramática de produção e a de reconhecimento, tendo em vista a assimetria e a defasagem entre elas.

num mesmo objeto de estudo. Sob tal prisma, a comparação propicia o estudo de pontos de convergência, momentos de identidade, assuntos pertinentes a dois ou mais objetos. A autora acrescenta que só é possível comparar cientificamente dois universos quando se pressupõe que os sistemas dos quais eles fazem parte são diferenciados. Quanto a este EC, tal pressuposto pode se relacionar, por exemplo, às especificidades e diferenciações dos sistemas de Pós-graduação do Brasil e do México, uma vez que pertencem a ambientes institucionais diferentes e com histórias e culturas muito diversas.

No entendimento de Orozco e González (2011, p. 137-138), quanto mais se almeja identificar diferenças em um grupo de textos ou sujeitos que conformam o objeto de estudo, mais possibilidades existem de se encontrar diferenças importantes entre tais processos, indagando e respondendo ao mesmo tempo: “Trata-se sempre de buscar diferenças? Sim. O sentido de tratar e buscar o distintivo, ou seja, as diferenças através das comparações, radica em um afã de profundidade”. Complementando, Guy Swanson (1971, p. 145), citado por Jordi Caïs (2002), considera que “pensar sem comparação é impensável”. No entanto, os cientistas sociais comparativos, de acordo com Caïs (2002), consideram imprescindível ir além de catalogar e explicar as similitudes e diferenças entre sociedades ou objetos diversos, visto ser necessário analisar a singularidade de cada texto e não somente as relações entre eles e entre suas variáveis.

Outro método pertinente a esse objeto de investigação é o bibliométrico – a ser aplicado nos artigos do *corpus* na próxima fase deste EC –, que permite não somente identificar e analisar os autores e as obras de referência dos mesmos e o processo de circulação e difusão da literatura ligada ao objeto de estudo, mas também conhecer os hábitos de informação de determinados grupos de usuários, devido aos seus costumes de ancorar-se em estudos já publicados para subsidiar os próprios trabalhos. (FUENTES NAVARRO, 2008; SANS CASADO *apud* PRIMO *et al.*, 2008).

Pretende-se, porém, ir além da análise da bibliografia empregada no *corpus* da metapesquisa comparativa, uma vez que o procedimento bi-

blimétrico leva em conta também o cruzamento desses dados com informações provenientes de outros materiais de consulta (livros, teses etc.) “a fim de poder ser devidamente interpretada e contextualizada, especialmente na fase comparativa internacional”. (FUENTES NAVARRO, 2007, p. 167). Segundo ainda o autor, o uso da bibliografia demanda observar as correspondências entre a definição das especializações de pesquisa e a indicação a áreas de conhecimento objetivadas nas referências bibliográficas. E por meio dessa objetivação, observar distinções epistemológicas, teóricas e metodológicas. Nesse sentido, será possível dispor de instrumentos de “reconhecimento das pautas concretas que fazem a constituição ‘disciplinar’ ou ‘transdisciplinar’ dos estudos sobre comunicação nesses países” (*referindo-se ao Brasil e México*). (FUENTES NAVARRO, 2007, p.166). (Grifo nosso).

A importância do artigo como produto científico é enfatizada pelo autor (2011) que analisa os 50 anos de investigação da Comunicação no México, revelando que entre 1960 e 2009 esse gênero representou aproximadamente 53% da produção publicada no país, sendo o restante distribuído entre livros e capítulos de livros, com 16% e 31%, respectivamente. Esse dado mostra, sobretudo, a relevância do periódico científico como instrumento de divulgação e circulação da pesquisa acadêmica e da produção de conhecimento comunicativa naquele país.

Para Romancini (2004), o periódico ocupa lugar próprio no contexto da divulgação da ciência, pois além de validar o conhecimento produzido – já que pressupõe a avaliação dos artigos antes da publicação –, constitui-se um dos mecanismos principais de gratificação e reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos cientistas. Em relação ao Brasil, o autor ressalta que houve aumento exponencial de periódicos vinculados à Pós-graduação em Comunicação, desde o seu início até hoje. Romancini chama atenção ainda para suas especificidades no contexto da produção científica brasileira:

Características ligadas à relativa rapidez de produção e divulgação, alcance geográfico, capacidade de aglutinar interessados num tema, entre outras, tornam o periódico um veículo relevante e diferenciado face ao livro, os anais de congresso e outros meios. (ROMANCINI, 2004, p. 12).

A despeito de alguns estudos bibliométricos revelarem a predominância do livro em relação aos periódicos científicos no contexto da produção acadêmica em Ciências Sociais e Humanas (CSH) no Brasil⁶, uma das conclusões extraídas do estudo sobre o periodismo brasileiro em Comunicação no período 1965-2003, realizado por Romancini (2004), é que houve significativo aumento do segmento de periódicos diretamente ligados aos Programas de Pós-graduação no Brasil⁷.

Na pesquisa realizada pelo Centro de Estudos do Campo da Comunicação (Cecom/ECA-USP) foram contabilizados, em 2007, 362 periódicos nacionais e estrangeiros de Comunicação em todos os estratos de classificação do Qualis Capes em versões online e impressa. Entretanto, é preciso fazer uma ressalva a esses números visto que essas revistas podem fazer interfaces com outras áreas de conhecimento, sobretudo com as disciplinas vinculadas às Ciências sociais e humanas⁸.

6 O periódico científico tem maior peso nas áreas de exatas e biológicas em comparação com as ciências sociais e humanas. Segundo Romancini (2004), vários autores consideram que o livro é o meio privilegiado dos cientistas sociais. No caso específico da Comunicação, estudo bibliométrico realizado por esse autor e apresentado ao NP 04 – Produção Editorial, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, em 2004, reforça o argumento sobre a menor importância do artigo em relação ao livro na área de Comunicação. Assim, no conjunto de teses e dissertações defendidas em 2000, no Programa de Pós-graduação da ECA/USP, universo de 9.829 citações presentes os livros predominavam com 65% contra 16% dos artigos de periódicos. Esse panorama foi atestado em outro estudo desenvolvido por Vans (2002), citado por Romancini (2004), no PPG-COM da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): 63,2% de livros contra 13,5 % de artigos.

7 Esse estudo revelou a existência em 2003 de 75 periódicos, sendo 59 (o equivalente a 68,7%) impressos e 16 eletrônicos (21,3% do total).

8 No sistema *Qualis* Capes, há aproximadamente 1.100 revistas científicas da área Ciências Sociais Aplicadas I, em todos os estratos. Esses dados se referem ao triênio 2010 a 2012 e foram consultados na página web da Compós em setembro de 2015. A base de dados do *Qualis* Capes não contabiliza os periódicos específicos da área da Comunicação.

2.2 Interações comunicacionais e/ou midiaticizadas (IC/M)

As pesquisas de recepção e mediação cultural desenvolvidas na América Latina configuram-se como porta de entrada para os estudos das interações, particularmente sob a perspectiva dos Estudos Culturais Ingleses e Latino-americanos. Não se trata, porém, de única via, visto que esta temática vem sendo investigada desde o início do século XX por diversas tradições ligadas à Escola de Chicago, como o Interacionismo Simbólico, a Etnometodologia e a Etnografia. Outras vertentes da Sociologia Compreensiva se dedicam a estudar as interações sociais e intersubjetivas na vida cotidiana, como a Construção Social da Realidade e a Sociofenomenologia; a Teoria da Ação Comunicativa, o Construtivismo Comunicativo – abordagem derivada do Construtivismo Social em processo de construção pelos teóricos da midiaticização –, entre outras ligadas aos estudos da linguagem.

O *paper* elaborado por alguns integrantes do grupo de pesquisa “Campo Comunicacional e suas Interfaces”⁹ e apresentado ao GT de Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiático, no XXII Encontro Anual da Compós, em 2013, infere que os estudos de recepção e mediação cultural desenvolvidos particularmente no continente latino-americano estão sofrendo diversos deslocamentos nos últimos anos, o que, a nosso ver, poderá contribuir para a construção de uma epistemologia das interações comunicativas. Entre tais deslocamentos destacam-se: das mediações culturais às mediações comunicativas da cultura (MARTÍN-BARBERO, 2009), ou então às mediações comunicativas da sociedade (BRAGA, 2012); dos contratos de leitura aos contratos de interação e aos processos de circulação (FAUSTO NETO, 2009; BRAGA, 2012); da recepção à participação das audiências no processo de produção de conteúdos midiáticos. (LOPES, OROZCO, 2011).

No texto “Uma agenda metodológica presente na pesquisa de recepção na América Latina”, do livro *Análisis de Recepción en América Latina: un recuento histórico com perspectivas al futuro*, organizado por Nilda

9 *Paper* produzido por Maria Ângela Mattos, Rafael Drumond, Ellen Joyce Marques Barros e Max Emiliano Oliveira.

Jacks (2011), Lopes coloca como desafio ajustar o foco da pesquisa de recepção no contexto da sociedade rede e da ecologia dos meios, diferenciando dois momentos na relação da audiência com a mídia: antes e após a entrada da participação do receptor nos processos que incentivam a transmídiação e a interatividade. Ainda nessa publicação, no texto “La condición comunicacional contemporânea: Desafios latino-americanos de la investigación de las interacciones en la sociedad red”, Guillermo Orozco considera que vivemos hoje outra condição comunicacional que institui “nova cultura da participação”, uma nova era na qual cabem todos os meios e dispositivos tecnológicos existentes e as interações das audiências com eles.

No âmbito dos estudos brasileiros, o trabalho “Recepção & Interação”, de José Luiz Braga (2000), é marco inicial da formulação do conceito de interatividade social mediática ampla ou interação midiaticizada (IM). O autor busca avançar e superar as lacunas do modelo proposto por Thompson¹⁰, sobretudo a “quase-interação mediada”, concebida como monológica, em sentido único e sem reciprocidade. Para o autor, esse modelo subentende que somente na comunicação face a face haveria efetiva interação, desconsiderando o potencial da comunicação mediada, particularmente por novas mídias e dispositivos sociotécnicos.

A partir dessa crítica, Braga sugere a revisão do conceito da interação midiaticizada (IM) a partir dos seguintes procedimentos e preceitos: caracterizar a IM por suas especificidades e não por suas lacunas; ela afasta no tempo e no espaço os interlocutores, instaurando entre eles interação difusa e diferida; ela não é atributo substancial de um determinado meio de comunicação, e não de outros; iv) trata-se de processo socialmente construído.

10 Os três tipos básicos de interação classificados por John Thompson, em sua obra *A Mídia e a Modernidade: uma Teoria Social da Mídia* (2004) são: “interação face a face”, concebida como interação dialógica, do tipo conversacional; “interação mediada”, que consiste na interação mediada por meios técnicos que possibilitam certo nível de diálogo, e “quase-interação mediada”, que também é mediada tecnologicamente, com a diferença da anterior, por ser monológica.

Este estudioso (2006) assinala ainda que a condição comunicacional contemporânea reflete o processo de midiatização em curso acelerado na sociedade, pela qual as IM podem ser vistas como processos interacionais de referência, “tendencialmente prevalentes”, e não excludentes. O autor esclarece, porém, que entender a midiatização como processo interacional de referência na sociedade não implica em desconsiderar a existência de demais processos de interação presentes na vida social, nem mesmo afirmar suposta substituição de uma forma por outra, e, sim, que as interações tradicionais são afetadas e alteradas em razão da prevalência da IM.

Nesse sentido, o autor considera que na sociedade em processo de midiatização a interação se manifesta mais claramente como fluxo sempre adiante.

Com a emissão de uma mensagem, seja televisual, cinematográfica ou por processos informatizados em rede social, o “receptor”, após a apropriação de seu sentido [...] pode sempre repor no espaço social suas interpretações. Isso ocorrerá seja em presencialidade (em conversações, justamente), seja por outras inserções midiatizadas – cartas, redes sociais, vídeos, novas produções empresariais, blogs, observatórios, etc. Os circuitos aí acionados – muito mais abrangentes, difusos, diferidos e complexos – é que constituem o espaço das respostas “adiante” na interação social. (BRAGA, 2011, p. 68).

Como dito anteriormente, Martín-Barbero sugere a migração dos estudos sobre as mediações culturais para as mediações comunicativas da cultura ao reconhecer o protagonismo do comunicacional nas sociedades contemporâneas, assumindo não a prioridade dos meios e, sim, que “a mediação tecnológica deixa de ser meramente instrumental para se converter em estrutural.” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 228). Tal migração, na avaliação de Braga (2012), se aproxima fortemente do sentido que ele atribui à midiatização, ou seja, uma nova ordem comunicacional que engloba todos os campos sociais, instados a atuar nas dinâmicas processuais da comunicação.

Ao relacionar o conceito de interação social ao de midiatização, Andreas Hepp (2015) ressalta que o primeiro tornou-se conceito central

para duas tradições de estudo sobre a midiatização: a institucionalista e a socioconstrutivista. A primeira considera que a “lógica da mídia” é conceito-chave para estudar os processos de midiatização e suas afetações e alterações nas formas de interação social. Já a socioconstrutivista se interessa mais pelas práticas de comunicação cotidiana, incluindo suas interações tanto com a mídia digital quanto com a comunicação interpessoal.

Ainda segundo Hepp (2011), embora tenham perspectivas distintas sobre a midiatização e os processos de interação essas duas tradições têm se aproximado nos últimos anos. Desse modo, o autor destaca que na tradição socioconstrutivista a interação torna-se noção crucial, visto que esta abordagem fundamenta-se no argumento de que o mundo social dos seres humanos não é dado, mas “construído” na interação social. Baseando-se nos pressupostos de outras correntes de estudo – Interacionismo Simbólico – e perspectivas sociológicas de Max Weber e G. Simmel, Hepp entende que

Comunicação é um tipo de interação social. Existem outros tipos de interação social, e a comunicação está interconectada com eles [...] Em outras palavras, “comunicação” significa qualquer forma de interação simbólica conduzida ou de maneira planejada e consciente ou de uma maneira altamente habituada e socialmente (Reichertz, 2011, p. 159-160) [...] (Grifos do autor).

Portanto, independentemente do conceito de midiatização adotado, há um entendimento comum na pesquisa atual de que qualquer descrição da midiatização deve ser baseada em uma análise de como a mudança das mídias está relacionada à sua “influência sobre a comunicação”, enquanto uma interação simbólica. (HEPP, 2015, p. 79-80).

A visão de Sodré (2002) distancia-se, de certa forma, dos autores que associam a interação simbólica à midiatização pelo fato de considerar que o núcleo teórico da comunicação se fundamenta na “*vinculação entre o eu e o outro*, logo, na apreensão do ser-em-comum”. Daí a preocupação de Sodré em não reduzir a interação ao midiático, vez que a vinculação implica a inserção social do sujeito desde a dimensão imaginária até a liberação frente às condutas e aos valores. No entanto,

o estudioso não deixa de reconhecer que no contexto da midiática emerge um tipo particular de interação, a tecnointeração, que se caracteriza por uma espécie de “prótese tecnológica e mercadológica” da realidade sensível.

Partindo do pressuposto de que a interação na contemporaneidade, independente da denominação adotada pelos estudiosos – social, comunicacional, simbólica, mediada ou midiaticizada, entre outras –, não é determinada por lógicas estritamente técnico-midiáticas, mas também por processos sociais abrangentes e de longo prazo, Landowski (2008) considera que as práticas interacionais solicitam novos aparatos conceituais para apreender suas diferentes manifestações coexistentes e não excludentes com outras formas de interação, já que interagem, elas mesmas, umas com as outras compondo um sistema de afetação mútua.

Embora estes novos formatos sofram influências recíprocas que alteram o regime de funcionamento de cada um, Mattos e Villaça (2012) entendem que as IM especificamente possuem configurações particulares, já que ocorrem a partir das incidências da mídia na vida social e vice-versa. Constituem, sobretudo, modalidades de interação geradas a partir de processos midiaticizados que se expressam nas práticas de conversação social, isto é, nas trocas comunicativas no cotidiano que reverberam no próprio campo midiático.

Compartilhando com a perspectiva dos teóricos vinculados à abordagem construtivista da comunicação e da midiaticização, os autores entendem ainda que as IM são processos mediados por dispositivos técnico-midiáticos ou localizados em ambientes presenciais (esses últimos, por serem afetados e alterados pela lógica de funcionamento da midiaticização) que instauram tipos e níveis distintos de interação, quais sejam: a sociedade interage a partir da mídia (conversação social sobre a mídia); a sociedade interage consigo mesma (conversação entre os atores no cotidiano da vida social); a pauta da conversação entre os atores sociais é apropriada, representada e ressignificada pelos *media* (conversação social presente na mídia); a sociedade incorpora a lógica dos *media* nos seus processos de interação na vida cotidiana (conversação social midiaticizada). Esses processos geram, por fim, um fluxo interacional contínuo entre atores sociais

e midiáticos, sempre adiante, que afetam e são afetados por um ambiente sociocultural em processo acelerado de midiáticação (BRAGA, 2011).

O capital teórico da interação comunicacional e/ou midiaticada é concebido por Mattos (2012) como *locus* de construção de uma epistemologia da Comunicação em sua dimensão interacional midiaticada ou não, na sua interface com outras áreas de conhecimento que investigam a questão. Trata-se, sobretudo, de instância responsável pela formulação, sistematização, problematização e revisão de teorias, conceitos, categorias, métodos e objetos, avaliando sua pertinência e relevância para a investigação dos processos interacionais.

A interface é noção-chave para avaliar a contribuição de outros saberes para a (re) construção do capital da IC/M, pois, como ressalta Braga (2004), a articulação com outras perspectivas disciplinares é realizada para conhecer a concretude do objeto comunicacional, diferentemente do efeito provocado pela prática da interdisciplinaridade, que representa, no caso específico do CC, mais a justaposição de disciplinas do que uma articulação produtiva entre elas). Por essa razão, o autor entende que esta perspectiva não implica o descarte de teorias e conceitos produzidos por outros saberes e, sim, a apreensão do comunicacional e, no caso específico do olhar epistemológico do EC, do interacional, nas interfaces realizadas com outros saberes.

2.3 Percurso, procedimentos e estratégias metodológicas do EC

A primeira etapa do desenvolvimento do EC compreendeu o levantamento de artigos publicados nos periódicos de referência dos dois países, seguida de leitura flutuante para examinar se a questão interacional foi abordada pelos mesmos¹¹. Tal leitura foi norteada por um roteiro testado e refinado previamente na metapesquisa dos *papers* da Compós visando mapear e classificar os artigos selecionados.

11 A leitura flutuante leva em conta aspectos centrais do texto, como objeto de estudo, objetivos, aportes teórico-conceituais, recorte empírico, autores e obras de referência.

Um dos itens centrais do roteiro diz respeito aos parâmetros de classificação dos artigos, também definidos e adotados na metapesquisa anteriormente referida. A escolha desses parâmetros se deve à sua importância na própria constituição do universo da pesquisa, já que a partir deles os artigos foram incluídos ou excluídos. São eles: i) Adoção de perspectiva teórica sobre o fenômeno da IC/M com o uso desta expressão e termos afins; ii) Adoção de perspectiva teórica sobre o fenômeno da IC/M sem o uso desta expressão e termos afins; iii) Uso da expressão sem adoção de perspectiva teórica sobre fenômeno da IC/M; iv) Apresenta contribuições teóricas para a compreensão do fenômeno da IC/M sem necessariamente abordar a questão.

Posterior à aplicação dos procedimentos de seleção e classificação dos textos foi constituído o *corpus* do EC, composto por 20 artigos de autores brasileiros e 14 mexicanos¹². A primeira coleção compreendeu os textos publicados em periódicos de programas de Pós-graduação em comunicação (PPG-COM), extraídos da base de dados do Portal de Periódicos da Capes. Já o conjunto de artigos mexicanos foi selecionado a partir do acervo do CC-DOC – Documentación en Ciencias de la Comunicación do Departamento de Estudios Socioculturales do ITESO – que reúne artigos publicados em periódicos de comunicação e de outras áreas das ciências sociais e humanas, entre outras produções acadêmicas.

O roteiro contemplou ainda – além do cabeçalho de identificação do artigo e periódico, autoria, instituição, programa de Pós-graduação, área de investigação¹³ – quatro questões fechadas com múltiplas escolhas,

12 O *corpus* foi constituído a partir de dois critérios: a centralidade da temática interação nos textos examinados e a sua publicação em periódicos de referência das áreas da Comunicação e/ou das Ciências Sociais e Humanas nos dois países durante a primeira década de 2000, ou seja, entre 2001 e 2010.

13 No caso brasileiro, as áreas de investigação haviam sido classificadas, inicialmente, de acordo com as denominações dos Grupos de Trabalhos em que eles foram apresentados na Compós. No entanto, os nomes de tais áreas foram reclassificados e ajustados às novas categorias estabelecidas a partir do exame dos artigos mexicanos, o que possibilitou imprimir maior unidade às mesmas.

sendo que uma delas se subdividiu em três itens, e, por fim, três questões abertas de caráter qualitativo. Essas últimas compreenderam os seguintes aspectos: identificação dos aportes teóricos e das interfaces com outras áreas de conhecimento predominantes nos artigos, glossário dos verbetes utilizados nos textos do *corpus* que se relacionam direta ou indiretamente à noção de IC/M, comentário descritivo e analítico acerca das possíveis contribuições e limitações dos artigos para o capital teórico das IC/M e, por fim, relação na listagem bibliográfica dos autores e obras de referência ao objeto de estudo.

Esse dicionário vai além da mera listagem de termos utilizados nos textos e suas respectivas definições, contemplando tanto a contextualização e problematização das expressões empregadas quanto a caracterização dos conceitos e noções abordados nos textos. A adoção de um entendimento mais abrangente de glossário foi necessária, tendo em vista os procedimentos diferenciados dos autores dos artigos. Assim, em alguns textos, eles se preocuparam mais em debater e problematizar as questões abordadas do que propriamente em conceituar os termos utilizados; em outros, a ênfase maior recaiu na definição de conceitos e noções.

Os últimos três itens do roteiro serão analisados na etapa seguinte do EC de forma articulada, já que é crucial a interseção entre conceitos, noções, perspectivas de análise dos autores dos artigos, bem como aportes teóricos, interfaces, obras e autores de referência de modo a apreender e analisar as abordagens sobre a IC/M, as possíveis diferenças, aproximações, tensões e convergências de perspectivas teórico-conceituais e metodológicas. Nessa direção, o passo seguinte será, então, dimensionar e refletir sobre as contribuições e/ou limitações de tais perspectivas para o avanço da formação do capital teórico das interações.

No estágio atual do EC, o *corpus* está recebendo tratamento multimetodológico mediante a conjugação de procedimentos quantitativos e qualitativos, ou seja, por meio da articulação entre as técnicas como a bibliometria, a descrição e análise de citações com outros métodos interpretativos. Entre eles, ressalta-se o agrupamento dos artigos em

seis áreas de investigação, seguido de análise descritiva que procedeu até o momento comparação preliminar entre os artigos de cada uma dessas áreas.

Na próxima etapa será realizada análise global dos textos de todas as áreas de investigação e, por fim, a interpretação dos resultados finais do EC à luz do referencial teórico-epistemológico da pesquisa, buscando avaliar o processo da constituição do capital teórico das IC/M. Para tanto, duas perguntas serão dirigidas ao *corpus*: i) os textos do *corpus* se fundamentam em quais matrizes epistemológicas, aportes, conceitos, obras e autores de referência na abordagem das IC/M?; ii) quais são as convergências, aproximações e diferenças de aportes nos artigos científicos? Essas perguntas serão objetos de discussão na etapa seguinte do trabalho.

O próximo tópico deste artigo apresenta os resultados da primeira fase do EC que se baseou na sistematização e análise descritiva das informações levantadas no roteiro aplicado ao *corpus* – e no fechamento do artigo discute-se as categorias analítico-interpretativas dos resultados globais do trabalho.

3. Principais resultados do EC

No Brasil, a totalidade dos artigos do *corpus* foi publicada em revistas de programas de Pós-graduação em Comunicação (com exceção de dois deles, que saíram em periódicos de PPG em áreas afins: antropologia social e política). No México, dentre oito periódicos que publicaram 14 artigos do *corpus*, três não têm vinculação com a Pós-graduação na área de Comunicação. Uma especificidade da Pós-graduação naquele país é que os cursos de doutorado em Comunicação inserem-se em estruturas institucionais ligadas às Ciências Sociais, Ciências Políticas, Educação, entre outras, que incluem áreas de especialização ou de concentração em Comunicação (FUENTES NAVARRO, 2007). Por essa razão, nem todos os autores dos artigos mexicanos são oriundos do CC. Tal conformação fica visível na diversidade de perspectivas e interfaces com outras áreas de conhecimento adotadas nos artigos mexicanos, além da ênfase no trabalho teórico, como veremos adiante.

Os artigos brasileiros foram publicados em seis periódicos, ocorrendo expressiva incidência em uma única revista, que publicou 11 artigos na totalidade de 20 textos; já os 14 artigos mexicanos foram divulgados em oito periódicos. Esses dados revelam que no período pesquisado houve maior diversidade de periódicos mexicanos, embora o número de artigos que tratam da temática em questão seja menor se comparado ao Brasil.

A maior parte dos artigos mexicanos foi classificada no Parâmetro 1, ou seja, 11 textos adotam perspectiva teórica sobre o fenômeno da IC/M com uso da expressão “interação comunicacional” (IC). Nesse universo, a expressão “mediatizada” é pouco utilizada pelos investigadores mexicanos, questão visível no *corpus* do EC, visto que outras expressões próximas a esse fenômeno são mais consolidadas como linhas e objetos de investigação, como mediações, interações sociais, interações mediadas, entre outros. Já na coleção de textos brasileiros, a maior parte se insere no Parâmetro 2 – são 11 artigos que adotam perspectiva teórica acerca do fenômeno sem o uso da expressão IC/M.

Já no parâmetro 4 – trabalhos que, embora não tratem necessariamente da questão interacional, apresentam contribuições teóricas para a compreensão deste fenômeno –, foram classificados três artigos do Brasil e dois do México. No Parâmetro 3, que não adota perspectiva teórica sobre o fenômeno da IC/M, mas utiliza o termo IC/M, não foi identificado nenhum artigo dos dois universos.

No conjunto dos textos mexicanos, a maior parte deles apresenta em seus títulos o termo “interação” ou expressões afins, como interatividade, interação comunicativa, interação social, interação humana, entre outras, enquanto que na coleção dos trabalhos brasileiros, somente um emprega a expressão “interações mediadas por computador”. No entanto, embora essa terminologia não apareça nos títulos dos textos, a questão interacional tem sido amplamente investigada na Pós-graduação no Brasil. O problema reside na forma dispersa como o fenômeno é tratado e concebido e não na sua denominação, ficando muitas vezes subsumida frente a inúmeros outros aspectos abordados nos artigos, direta ou indiretamente ligada a este fenômeno. Já nos textos mexicanos, a temática se expressa de maneira explícita e abrangente, vez que ela aparece não só nos títulos, mas também nas palavras-chave, no corpo do texto, nos aportes teórico-conceituais, nos títulos das obras e textos mencionados na bibliografia.

Os artigos do *corpus* foram classificados em seis áreas de investigação, quais sejam: Comunicação e Sociabilidade; Comunicação e Mediações Tecnológicas da Interação; Comunicação e Recepção; Comunicação,

Arte e Estética; Comunicação e Política; e Teorias e Epistemologia da Comunicação. Comunicação e Mediações Tecnológicas dos Processos Interacionais é a área de investigação (AI) que teve maior representatividade no *corpus*, sendo que cinco artigos de cada país se enquadram nesta área.

Ainda em relação ao conjunto de textos mexicanos, destaca-se que três AIs contêm somente um trabalho em cada uma delas – Comunicação e Recepção; Comunicação, Arte e Estética; Comunicação e Política – e nas duas áreas restantes – Comunicação e Sociabilidade; e Teorias e Epistemologia da Comunicação – somam, respectivamente, dois e quatro artigos. Já no universo brasileiro há predomínio das áreas de Comunicação e Sociabilidade; e Comunicação e Mediações Tecnológicas dos Processos Interacionais, com seis e cinco artigos, respectivamente, em comparação às demais áreas que variam em torno de dois a três artigos.

Quanto à natureza dos textos, a maior parte dos trabalhos mexicanos é essencialmente teórica (11 produções no universo de 14 textos); já no Brasil, sete são teóricos e 13 articulam teoria e empiria. Esse dado deve ser relativizado, pois dois ou mais artigos mexicanos são de um mesmo autor, como é caso de duas investigadoras que publicaram cinco trabalhos, sendo três vinculados à área de teoria e epistemologia e dois ao tema interatividade no ambiente da web, predominantemente teórico. Em relação ao Brasil, não houve repetição de autores no universo pesquisado e, em particular, nos sete artigos de natureza teórica.

A origem dos aportes teóricos abordados nos textos diz respeito às áreas de conhecimento que fundamentam os estudos desenvolvidos por seus autores, sendo que oito artigos brasileiros e quatro mexicanos são ancorados, predominantemente, na perspectiva comunicacional, ou seja, privilegiam conceitos e teorias formulados no campo. Além disso, 10 artigos mexicanos e 12 brasileiros realizam interfaces com outras áreas de conhecimento. Os dados levantados revelam que há expressiva diversidade de intersecções das abordagens trabalhadas pelos pesquisadores com saberes ligados às ciências sociais, humanas e da linguagem, sendo que os mexicanos, em termos proporcionais, têm maior representatividade.

A tipologia das IC/M está baseada em três pilares – a lógica de acionamento da interação¹⁴, o suporte empírico da interação¹⁵ e a concepção da dinâmica interacional¹⁶ –, criados com intuito de precisar, qualificar e distinguir as formas, os regimes, as situações e os contextos de interação analisados pelos autores dos artigos do *corpus*.

Quanto ao item “Lógica de acionamento da interação”, em sua primeira opção – interação partindo da mídia –, o universo brasileiro sobressaiu-se em relação ao mexicano. Isto é, seis artigos analisaram situações em que a mídia (tradicional e nova) atua como agenciadora do processo de interação. Em contrapartida, apenas um artigo mexicano considerou esse tipo de acionamento. Esse dado não significa, porém, que os autores brasileiros compartilhem com a perspectiva “midiacentrista” da comunicação, no sentido de considerar a mídia como instância central de determinação e instauração do processo de interação, mas, sim, que o mecanismo propulsor da interação analisada decorre de estratégias técnico-midiáticas.

Em relação à segunda opção do item “Lógica de acionamento da Interação” – interação partindo dos atores, grupos e instituições sociais –,

14 O item “Lógica de acionamento da interação” busca identificar a partir de qual lugar a interação é impulsionada, contendo as seguintes opções: i) Interação partindo da mídia (mídia como dispositivo acionador da interação); ii) Interação partindo dos atores sociais, grupos e instituições; iii) Interação baseada no acionamento e fluxo recíprocos (mídia e atores sociais); iv) Interação a partir de fatores aleatórios; v) Outras (quais?); vi) Nenhuma.

15 O suporte empírico das interações – que consiste em identificar em qual ou quais meios, formas e/ou ambientes de comunicação ocorreram os processos de interação considerados nos artigos – abrangeu as seguintes alternativas: i) Interações nas mídias de massa; ii) Interações nas tecnologias digitais, inclusive online; iii) Interações nas mídias alternativas e comunitárias; iv) Interações no espaço urbano/público; v) Interações presenciais; vi) Outros (especificar); vii) Nenhum.

16 A concepção da dinâmica interacional compreende quatro possibilidades de resposta: i) Interação alternado-recíproca; ii) Interação ampla (diferida e difusa); iii) Adota outra concepção (qual?); iv) Não adota concepção de dinâmica interacional.

cinco artigos brasileiros foram classificados nessa categoria, enquanto que no universo mexicano três analisaram tal acionamento. Na terceira escolha – “Interação baseada no acionamento e fluxo recíprocos entre mídia e atores sociais” – seis artigos brasileiros e sete mexicanos analisaram processos interacionais em que há reciprocidade na interação entre os sujeitos participantes do processo comunicativo. Nesse sentido, esses estudos privilegiam situações e/ou perspectivas de análise que consideram a interação um processo construído socialmente e que não decorre somente da mídia ou dos atores, de forma vertical e unidirecional.

Na última opção – que indica outras lógicas de acionamento – apenas um artigo mexicano contrapôs duas situações distintas, ou seja, a interação partindo da mídia, de um lado, a interação acionada pelos atores sociais e, de outro, o que é completamente diferente da opção ligada à situação em que a interação é baseada no acionamento e fluxo recíprocos.

No segundo item da tipologia da interação – diz respeito ao suporte empírico onde ocorre a interação – as interações nas tecnologias digitais, inclusive *on-line*, foram predominantes nos dois universos em relação aos demais meios, isto é, seis artigos brasileiros e quatro mexicanos. Entretanto, no que diz respeito às mídias de massa, houve diferença significativa entre os textos, uma vez que o conjunto brasileiro compreendeu cinco artigos enquanto que entre os mexicanos nenhum trabalho analisou a interação no contexto da mídia massiva.

Chama atenção que nenhuma produção brasileira analisou a interação presencial, enquanto que no universo mexicano três artigos compreendem esse ambiente. A interação presencial foi considerada também na opção “Outros Suportes”, que mesclam diversos dispositivos de interação, como, por exemplo, situações comunicativas em que são utilizados dois tipos de meios, massivos e digitais, ou ambientes presenciais e comunitários. A articulação entre os vários aparatos em que ocorre a interação representou dado significativo tanto no universo mexicano quanto no brasileiro, sendo que em cada um deles cinco artigos analisam situações de uso de vários suportes ao mesmo tempo.

Quanto à concepção da dinâmica interacional – Interação alternado-recíproca¹⁷ e Interação ampla (diferida e difusa)¹⁸ – o universo brasileiro contemplou sete e quatro textos, respectivamente, enquanto no mexicano quatro textos foram classificados na opção alternado-recíproca e dois na interação ampla. A opção que se baseia em outras dinâmicas interacionais conta com seis trabalhos no conjunto brasileiro e três no mexicano, sendo que três artigos em cada um deles mesclam as opções alternado-recíproca e interação ampla (diferida e difusa). E ainda, duas novas dinâmicas são identificadas no conjunto de textos brasileiros e também dois no mexicano, como: interatividade indexada e subordinada e interação por contágio; e interação imediata transparente e interação poligonal mediática.

17 A interação alternado-recíproca baseia-se no modelo conversacional, direto e presencial. Tal modelo pressupõe processos comunicativos de “ida e volta”, realizados por interlocutores distintos em situações de copresença, sendo a resposta um retorno imediato ao seu ponto de origem.

18 Interação ampla – diferida e difusa – é concebida por Braga (2006 e 2009) como processo que afasta no tempo e no espaço os interlocutores), instaurando entre eles ações e interações difusas e diferidas que não se esgotam nas relações diretas e bilaterais entre produção e recepção, vez que parcela significativa das falas e escutas em circulação na sociedade contemporânea não é direta nem recíproca, muito menos dialógica.

4. Por outras rotas

A fase atual do EC é instigante e desafiadora, pois o material empírico inventariado, sistematizado e analisado em sua etapa preliminar indicou pistas que podem conduzir a vários itinerários. Daí a necessidade de se encontrar bússolas potentes para identificar outras rotas, procedimentos e categorias capazes de apreender, comparar e analisar os resultados globais desta investigação.

Para tanto, faz-se necessário buscar novos olhares e enfoques, a fim de verificar as possibilidades e limites dessa produção acadêmica em construir, atualizar, avançar no processo de constituição do capital teórico do fenômeno interacional. Torna-se necessário, sobretudo, responder às questões nucleadoras desta metainvestigação comparativa: qual a contribuição dos textos do *corpus* para a formação do capital teórico das IC/M? Quais as especificidades epistemológicas e contribuições para o avanço dos estudos acerca deste objeto de pesquisa? Como podemos apreender o capital teórico da IC/M no *corpus* do EC e quais as categorias mais pertinentes e adequadas para sua apreensão, análise e interpretação?

Embora este processo esteja ainda em curso, a investigação até agora realizada nos mostra que tais questões, articuladas aos resultados preliminares, podem guiar a definição de operadores inter-

pretativos dos achados da pesquisa comparativa. Nessa direção, parte-se da hipótese de que o capital teórico da IC/M pode ser encontrado na confluência de diversos capitais, sendo que cada um deles será considerado uma categoria analítica. São elas: i) capital epistemológico; ii) capital comunicacional; iii) capital temático; iv) capital bibliográfico.

O capital epistemológico compreende o substrato científico que sustenta a construção do campo de conhecimento da Comunicação na sua interface com outros saberes, sobretudo ligados às CSH. Neste âmbito, pretende-se identificar, analisar e comparar os aportes teórico-conceituais e metodológicos de outros saberes considerados nos textos do *corpus* e, sobretudo, compreender como eles são apropriados pelos autores brasileiros e mexicanos para investigar os processos interacionais.

O capital comunicacional é formado por aportes próprios desta área de conhecimento, ou seja, paradigmas, teorias, conceitos, métodos e hipóteses construídas pelos estudiosos da Comunicação. Para dimensionar, avaliar e comparar a presença do capital comunicacional nos artigos do *corpus* serão utilizados procedimentos qualitativos e quantitativos, esses últimos com o uso do *software* Nvivo¹⁹. A dimensão qualitativa considera os seguintes aspectos: o emprego e o potencial das abordagens clássicas e contemporâneas da Comunicação; a consistência e pertinência dos conceitos nucleadores dos artigos, dos métodos de abordagem dos objetos empíricos investigados e das hipóteses formuladas pelos autores dos artigos científicos; os objetos empíricos, os ambientes e as situações de interação investigadas, entre outros, para analisar sob a ótica comunicacional os processos interacionais, mediados ou não.

19 Nvivo é um *software* australiano de pesquisa quali e quantitativa que, entre outras funções, permite selecionar, agrupar e sistematizar dados e informações em texto, imagem e som. Na metapesquisa sobre os papers da Compós foi empregado na codificação, tratamento, cruzamentos e análise do *corpus*.

O capital temático consiste nos modos de denominar o objeto de estudo, ou seja, as expressões, os termos e/ou as metáforas utilizadas pelos autores dos artigos do *corpus* para dar nomes aos diversos tipos, regimes e formatos de interação comunicativa investigadas. Tal capital será apreendido, sobretudo, a partir do glossário criado com a finalidade de identificar o grau de institucionalização e legitimidade acadêmica desta temática de estudo no CC.

O capital bibliográfico é constituído pela literatura e por outras fontes empregadas nos artigos do *corpus*, em seus diversos gêneros e suportes – livros, capítulos de livros, periódicos, artigos científicos, *papers*, citações literais e livres, conferências, palestras, documentos e materiais impressos, imagéticos, sonoros, audiovisuais, digitais, entre outros mencionados nas referências dos artigos examinados. Neste âmbito, pretende-se apreender, comparar e analisar as obras de referência utilizadas nos textos do *corpus*, a origem dos autores mais citados (nacionais e estrangeiros, situando países e regiões), a vinculação dos autores e obras de referência com as tradições, abordagens e linhas de investigação da Comunicação e de outras áreas de conhecimento, frequência de trabalhos coletivos (coletâneas) e individuais, os padrões de citações dos autores do *corpus* (indicadores dos hábitos adquiridos pelos estudiosos e suas referências de formação educacional).

Nesta fase conclusiva do EC serão adotados três procedimentos de análise e do *corpus*: num primeiro momento, cada categoria será examinada separadamente; posteriormente, os resultados da análise das quatro categorias serão articulados entre si e com os resultados preliminares da pesquisa. Por fim, a análise e a interpretação dos resultados globais da metainvestigação comparativa têm em vista refletir acerca do potencial epistemológico e heurístico do capital das interações no cenário comunicacional contemporâneo.

Referências

ANTONINI, Eliana Pibernat. “Da comparação como heurística”. In: www.portcom.intercom.com.br

BRAGA, José Luiz. **Interação & Recepção**. Texto apresentado ao GT Mídia e Recepção, do IX Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós). Porto Alegre: 2000.

BRAGA, José Luiz. **Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação**. In: Encontro Compós, 13, 2004. São Bernardo do Campo (SP). [Texto apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação].

BRAGA, José Luiz. **Mediatização como processo interacional de referência**. In: Encontro da Compós, 15, 2006. Bauru (SP). [Texto apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação].

BRAGA, José Luiz. **Constituição do campo da comunicação**. Verso e reverso – Revista da Comunicação. São Leopoldo, v. 25, n. 58, jan./abr. 2011, p. 62-77.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (orgs.). **Mediação & Miatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós. 2012, p. 31-52.

CAÏS, Jordi. Metodología del análisis comparativo. In: **Cuadernos Metodológicos** 21. Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS). Madrid: CIS, 2002.

FUENTES NAVARRO, Raúl. Fontes bibliográficas da pesquisa acadêmica nos cursos de Pós-graduação em comunicação no Brasil e no México: uma aproximação da análise comparativa. In: **MATRIZES** – Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, V. 1, out. 2007, p.165-177. São Paulo: ECA/USP, 2007.

FUENTES NAVARRO, Raúl. 50 años de investigaciones de la Comunicación em México: un recuento descriptivo de la producción publicada. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 34, n. 1, jan./jun. 2011, p. 213-231.

FUENTES NAVARRO, Raúl. Comunicação e dupla hermenêutica: convergências entre disciplinas científicas e profissões. **MATRIZES**. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 8, n. 2, jul./dez. 2014, p. 79-100.

HEPP, Andreas. “Interação Humana e Configurações Comunicativas: transformações culturais e sociedades midiaticizadas”. In: **PARÁGRAFO** – Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, n. 3, v. 2 jul./dez. 2015. São Paulo: FIAM-FAAM, 2015.

JACKS, Nilda et al. (Orgs.). **Análisis de recepción en América Latina**: um recuento histórico con perspectivas al futuro. Quito-Ecuador: Editorial “Quipus”, CIESPAL, 2011.

JACKS, Nilda; JOHN, Valquíria Michela; SILVA, Lourdes Ana Pereira. **Estudos de Recepção no Brasil**: panorama da última década. Texto apresentado ao GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos, do XXI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós). Juiz de Fora: 2012.

LANDOWSKI, Eric. Da interação entre Comunicação e Semiótica. In: PRIMO, Alex et al.(Orgs.). **Comunicação e Interações**. Livro da Com-

pós. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (org.) **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Revistas Científicas em Comunicação: aspectos da avaliação e bibliometria**. Projeto PIBIC/CNPq. São Paulo: ECA/USP, 2009.

LOPES, Maria Immacolata V. de. Uma agenda metodológica presente para a pesquisa de recepção na América Latina. In. JACKS, Nilda, et al. (orgs.). **Análisis de recepción en América Latina: um recuento histórico con perspectivas al futuro**. Quito-Ecuador: Editorial “Quipus”, CIESPAL, 2011.

MALDONADO, Alberto Efendy. **Teorias da Comunicação na América Latina: Enfoques, encontros e apropriações da obra de Verón**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

MATTOS, Maria Ângela; VILLAÇA, Ricardo Costa. Aportes para nova visada da metapesquisa em Comunicação. In: **Revista Comunicação & Sociedade** do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista. V. 33, Ano 2012. São Bernardo do Campo (SP): Unesp, 2012, p. 202-220.

MATTOS, Maria Ângela; DRUMOND, Rafael; BARROS, Ellen Joyce Marques. OLIVEIRA, Max Emiliano. **Estudos de Recepção: possível deslocamento para uma epistemologia das interações**. Texto apresentado ao Grupo de Trabalho “Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos”, do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013.

MATTOS, Maria Ângela; OLIVEIRA, Max Emiliano. **A interação midiática nos textos da Compós na primeira década de 2000: indícios para a possível construção de um capital teórico**. Texto apresentado ao GT de Práticas interacionais e linguagens na comunicação, do XXIV Encontro Nacional da Compós. Brasília/DF, 2015.

MATTOS, Maria Ângela. **Capital teórico da interação comunicacional e/ou midiaticizada: reflexões sobre as contribuições e limitações dos artigos publicados no Brasil e México na primeira década de 2000.** **Culturas midiáticas:** revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014, p. 76-88.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

OROZCO, G. La condición comunicacional contemporánea. Desafíos latinoamericanos de la investigación de las interacciones en la sociedad red. In. JACKS, Nilda, et al. (orgs.). **Análisis de recepción en América Latina: un recuento histórico con perspectivas al futuro.** Quito-Ecuador: Editorial “Quipus”, CIESPAL, 2011.

OROZCO, Guillermo; GONZÁLEZ, Rodrigo. **Una coartada metodológica – Abordajes cualitativos en la investigación en comunicación, medios y audiências.** Mexico (DF): Editorial Tintable, 2012.

PRIMO, Alex et al. **Análise de citações dos trabalhos da Compós 2008. E-compós.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação. Brasília, v. 11, n. 3, set./dez. 2008, p. 1-19.

RIZO GARCIA, Marta. **“La dimensión de la interacción en la comunicación. Apuntes para una reflexión teórica y algunas propuestas pedagógicas”** In: www.eca.usp.br/alaic/trabalhos2004/gt17 Data de acesso: 02 de agosto de 2015.

ROMANCINI, Richard. **“O QUE É UMA CITAÇÃO? Análise de citações na ciência”.** **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 23, p. 20-35, julho/dezembro de 2010.

ROMANCINI, Richard. **Periódicos brasileiros em Comunicação: histórico e análise preliminar.** Texto apresentado ao NP 04 – Produção Editorial, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Porto Alegre/RS: 2004.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho** – uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SWANSON, Guy. “Frameworks for comparative research: Structural anthropology and theory of action” pp. 141-202 em Ivan Vallier Ed. *Comparative Methods in Sociology: Essays on Trends and Applications* (Berkeley: University of California Press, 1971).

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade: uma Teoria Social da Mídia**. Petrópolis (RJ), Vozes, 2004.

DESAFIOS METODOLÓGICOS DO CAMPO DA COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES: uma experiência de pós-doutorado.

Ivone de Lourdes Oliveira ¹
ivonepucmg@gmail.com.

Resumo: Pretendemos discutir neste artigo a metodologia desenvolvida no processo investigativo do pós-doutorado realizado na Université Toulouse III – Paul Sabatier. Para isso, buscamos refletir sobre a pesquisa e a produção científica em Comunicação Organizacional a partir da análise dos aportes teóricos e metodológicos presentes nos artigos publicados na Revista *Organicom*, no período de 2004 a 2011. Consideramos fundamental levantar a discussão sobre o papel das revistas científicas e o que elas representam nesse momento para os avanços da pesquisa e dos estudos acadêmicos. O que se configurou no processo desenvolvido foi um quadro de diversidade de abordagens e de uso de métodos e técnicas de pesquisa. Ao final, discutimos os desafios em relação à metodologia, não apenas no campo da Comunicação Organizacional, mas também no campo da Comunicação.

Palavras-chave: Aportes metodológicos. Comunicação organizacional. Revistas acadêmicas. Método de pesquisa.

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas. Doutora pela ECA-USP, pós-doutora pela Université Toulouse III – Paul Sabatier. Líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação no Contexto Organizacional: aspectos teóricos-conceituais”, PUC Minas/CNPq.

METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE FIELD OF COMMUNICATION IN THE CONTEXT OF THE ORGANIZATIONS:

an experience of a postdoctoral research

Ivone de Lourdes Oliveira

Abstract: We intend to discuss in this paper the methodology developed in the investigative process of the postdoc done at the Université Toulouse III-Paul Sabatier. For this, we seek to reflect on scientific research and production in organizational communication, from the theoretical and methodological analysis present in articles published in *Organicom Magazine* in the period from 2004 to 2011. We consider it essential to raise the discussion about the role of scientific journals and what they represent, right now, to research advances and academic studies. What we configured in the process developed was a diversity of approaches, methods and research techniques. Finally, we discuss that the difficulties in relation to the methodology are not only in the field of organizational communication, but also in the communicational field.

Keywords: Methodological contributions. Organizational communication. Academic journals. Research method.

Introdução

O processo investigativo desenvolvido no estágio pós-doutoral se deu a partir da preocupação de compreender, na perspectiva epistemológica, o campo da Comunicação no contexto organizacional, a partir da produção científica materializada nos artigos da revista *Organicom*, a única publicação brasileira que abarca a produção sobre o campo. Para isso, optamos pela infometria para desenhar o quadro representativo da produção científica dessa área de conhecimento. Nesse sentido, este estudo baseia-se na perspectiva de Robreda e Cunha:

A infometria caracteriza-se pelas práticas de *mensuração* dos aspectos quantitativos de conteúdo em qualquer formato. Utiliza-se de unidades definidas, tais como palavras, documentos, textos, fontes ou bases de dados, como focos de análise, podendo priorizar variáveis como a recuperação, a relevância, a *revocação* ou outras características da informação que possam ser consideradas relevantes. (ROBREDA: CUNHA, 1998, p. 43).

A forma escolhida para avaliar a produção acadêmica, além da pesquisa empírica, foi refletir sobre o lugar que a revista científica ocupa no cenário acadêmico contemporâneo. Necessário reconhecer que tal produção passa por múltiplas transformações, especialmente em razão

das classificações internacionais e das técnicas bibliométricas², que acabam por modificar o quadro da pesquisa e causar tensionamento entre aqueles que produzem o conhecimento e o processo de avaliação implementado pelas instâncias acadêmicas. Se, antes, uma obra constituía-se como uma forma de difusão de resultados de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, hoje, com o processo de avaliação por parte de entidades educacionais e comitês de avaliadores, as regras se alteram e a avaliação torna-se um dispositivo de organização e legitimação dos saberes, transformando a avaliação num fim em si mesmo.

Nesse sentido, nos deparamos com tensões de ordem epistemológica, já que as revistas podem ser consideradas como fonte de atualização de conhecimento e meio de informação privilegiado para divulgar as pesquisas em andamento e dar acesso à produção científica. Entretanto, o poder da revista em definir a legitimidade de uma pesquisa ou de um artigo, a partir da aceitação ou não para publicação, pode causar deformidades, uma vez que a avaliação de acordo com os critérios discutidos pelo corpo editorial pode reforçar tendências teóricas ou a metodologia adotada pelos pesquisadores. Além disso, a avaliação é feita por especialistas não identificados, deixando os pesquisadores cheios de dúvidas em relação a qual revista submeter seu trabalho, bem como quais os critérios adotados para a aprovação de seu artigo.

No Brasil, a Capes³ consagrou a avaliação institucionalizada com o processo *Qualis*-periódicos⁴ que classifica a produção científica e regula

2 A bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística para medir índices de produção e disseminação do conhecimento, bem como acompanhar o desenvolvimento de diversas áreas científicas e os padrões de autoria, publicação e uso dos resultados de investigação. A avaliação da produção científica, importante para o reconhecimento dos investigadores junto da comunidade científica, é feita por meio da aplicação de diversos indicadores bibliométrico, que se dividem em indicadores de qualidade, importância e impacto científicos.

3 Fundação do Ministério da Educação (MEC) responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da federação.

4 *Qualis* é o procedimento utilizado pela Capes para avaliar a qualidade da produção intelectual publicada em periódicos dos programas de pós-gra-

todo o processo avaliativo dos programas de pós-graduação. Tal avaliação é tida pelas entidades acadêmicas como referência de reconhecimento e credibilidade da produção dos pesquisadores.

Acreditamos que a classificação pode se constituir como tecnologia invisível que engendra uma categorização hierárquica e estandardiza práticas e julgamentos (PONTILLE ET TORNLY, 2010)⁵, já vez que as revistas qualificadas adquirem de fato o poder de definir normas e moldes próprios da cada disciplina, pelo seu domínio de referência ou posicionamento teórico e metodológico. Elas acabam se tornando portadoras de certa visão de mundo, de representação dos paradigmas, das temáticas e dos métodos, que passam a se operar como legítimos e determinar o que tem valor científico por terem autoridade para decidir a aceitação ou não de uma produção intelectual.

Sabe-se que a postura avaliativa mostra-se fundamental para o crescimento e avanço da pesquisa, mas questionamos a autoridade que é dada ao corpo editorial das revistas de decidir o que é ou não científico a partir da avaliação. Entende-se que esse processo traz consigo tensionamento na forma de instituir valores que podem institucionalizar certo endurecimento, ou, ao contrário, a permissividade. Infere-se se, numa situação em que a revista tiver avaliada a sua posição num ranking da categoria, ela poderá ou não se consolidar, dependendo também de avaliações e reavaliações.

A partir desse quadro, rico em colaborações de todos os tipos, nosso objetivo é conhecer e analisar a produção científica dos pesquisadores

duação. A classificação é feita pelas áreas de avaliação da instituição com atualização anual. Os indicativos da qualidade – são de A1, A2, B1 até C, com peso zero.

5 Há vários tipos de revistas, as revistas que se conta (que fazem número) e as revistas que contam. As primeiras permitem estabelecer um perímetro das revistas aceitáveis pelas instâncias de avaliação, enquanto que as revistas que contam produzem, no seio deste perímetro, uma categorização hierarquizada (Pontille et Tornly, 2010). O efeito de prescrição da classificação induzida exprime-se pela submissão de artigos unicamente às revistas que contam, a reorientação dos temas de pesquisa, a adoção de métodos utilizados pelos artigos os mais célebres etc.

presentes na revista acadêmica inscrita no campo da Comunicação Organizacional para compreender melhor sua função na construção epistemológica da área. As seguintes perguntas orientaram a pesquisa:

- Que aportes teóricos e metodológicos sustentam a dinâmica do conhecimento científico produzido na Comunicação Organizacional?
- A revista *Organicom* tornou-se um lugar de produção e de referência do campo?
- Dela emerge uma tendência à standardização da produção científica ou estímulo às capacidades de inovação e de atualização do campo?

Neste artigo vamos nos deter especialmente na reflexão sobre os enfoques metodológicos dos artigos analisados, apesar da imbricação de tal perspectiva com as questões teóricas, problematizando o uso de metodologias e técnicas, entendendo que os métodos quantitativos ganham cada vez mais espaço nas Ciências Sociais, como bem atestam os trabalhos estudados.

Questões teóricas e metodológicas gerais

A reflexão metodológica é componente fundamental para se avançar nas pesquisas, razão pela qual torna-se importante estabelecer as relações entre os objetivos definidos pelo pesquisador, as orientações teórico-conceituais desenvolvidas e os dados empíricos. Nesse sentido, tentaremos estabelecer tal articulação a partir da nossa empiria, a revista *Organicom*, e para isso é essencial situá-la no contexto acadêmico atual. Fundada em 2004 pela professora Margarida Kunsch, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), é a primeira e única publicação científica no Brasil direcionada à divulgação de estudos e resultados da pesquisa desenvolvida no campo da Comunicação no contexto das organizações. Está classificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, como *Qualis* Nacional B1 em Ciências Sociais Aplicadas, sendo referência consolidada pelos pesquisadores, professores e estudantes. Cada edição desta publicação, que tem periodicidade semestral, se compõe de um dossiê temático, de depoimentos, de resenha e de entrevistas. A *Organicom* tem importante função na consolidação da produção científica do campo, já que é bem avaliada pela Capes e tornou-se referência bibliográfica para a iniciação científica e para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Nossa análise centra-se nos dossiês da revista que são constituídos por artigos, dentro de uma temática específica e da posição epistemológica reivindicada pelos autores, que entendemos estarem manifestadas no momento da escolha das palavras-chave e na elaboração do resumo. As palavras-chave nos parecem reveladoras das ligações que o pesquisador tece com a comunidade científica. De acordo com Robredo e Cunha (1998, p. 28),

as palavras-chave escolhidas por indexadores competentes como descritores do conteúdo dos artigos são de fato uma indicação confiável dos conceitos científicos a que se referem, o que torna possível o uso das palavras-chave como o elemento base para a análise das ocorrências das palavras.

A análise do resumo foi outra técnica utilizada e nos auxiliou em momentos relevantes, especialmente a 1) identificar os sujeitos tratados pelos pesquisadores no artigo, 2) reconhecer a complexidade do universo da nossa comunidade acadêmica, 3) diante da dificuldade de encontrar a objetividade das informações sobre o que é tratado e 4) quanto à metodologia desenvolvida para a elaboração do artigo. (BOUZON, OLIVEIRA, p. 136, 2015). Em vários casos foi necessário recorrer à escritura do texto para conhecer melhor a postura científica do autor, já que não encontramos as informações necessárias, especialmente o percurso metodológico explicitado no resumo. Constata-se com isso que o resumo não é percebido como síntese do conteúdo desenvolvido, pois muitas vezes não reflete o que o autor desenvolve no texto.

Isso nos leva a considerar que tanto as palavras-chave quanto os resumos não são considerados importantes pelo autor no momento da construção do artigo e que ele ignora a relevância científica tanto de um quanto do outro. A análise nos indica que a escolha das palavras-chave muitas vezes não é pertinente com o conteúdo desenvolvido no corpo do trabalho e que o resumo não apresenta os conceitos básicos e a metodologia que fundamentam o artigo, demonstrando desconhecimento de seu valor epistemológico e da necessidade de compreender *a priori* a postura autoral, bem como os paradigmas que sustentam a pesquisa e/ou a revisão bibliográfica apresentada. Tal postura do pesquisador compromete

o desenvolvimento de uma proposta infométrica que se propõe a medir quantitativamente as atividades de informação científica e técnica.

Constata-se que as dificuldades encontradas no processo investigativo estão ligadas à grande variedade de estilos para escrever os resumos. Alguns trabalhos não explicitam as preferências epistemológicas e metodológicas e transparecem a escolha aleatória das palavras-chave. Não reivindicamos com esta constatação que é preciso unanimidade na escolha de termos e de estrutura, mas ressaltamos que as preferências refletem a organização dos conhecimentos disponíveis e indicam as preocupações e estratégias do autor no momento da escritura. Nessa análise, torna-se oportuno recorrer a Le Coadic (2004), para quem a combinação dos elementos de informação possibilita a elaboração de indicadores quantitativos (medidas) e qualitativos das atividades de construção, comunicação e uso das informações científicas e técnicas.

Nesse contexto, a operação de compreender como o autor estruturou os conhecimentos na elaboração do texto, a quais paradigmas recorreu e a que postura metodológica se refere tornou-se complexa e delicada. Como afirmam Guba & Lincoln (1985, p.152),

a compreensão não resulta, portanto, do reconhecimento das ligações causais 'reais', ditadas pela natureza, mas, sim, da aplicação de uma estrutura intencional sugerida pela interação do pesquisador com o fenômeno.

Por outro lado, a ferramenta bibliométrica expõe sérios problemas quando não é utilizada de forma adequada. Assim, a metodologia prevista inicialmente se transformou naquela mais adaptada à situação encontrada.

Em relação à opção metodológica adotada pelos pesquisadores, podemos perceber que a maioria desenvolve seus textos sem se referir ao aspecto empírico e que muitos trabalhos são baseados na revisão bibliográfica ou no levantamento do estado da arte sobre o tema que abrange o dossiê. A revisão bibliográfica é interessante porque oferece o conhecimento que outras pessoas produziram e os resultados de pesquisas desenvolvidas, assim como o que se produziu sobre a ques-

tão em foco. Isto permite ver mais longe e reconhecer o conhecimento cumulativo como ponto de partida para desenvolver o próprio olhar. Ela pode ser entendida também como uma forma para construir o objeto.

No entanto, o pesquisador precisa ter postura crítica sobre o que está à sua disposição, pois a literatura científica pode não responder às suas dúvidas e questionamentos. Como destacam Deslauriers e Kérisit (2008, p.135),

desse ponto de vista, a revisão bibliográfica, longe de contribuir para eliminar os vieses, pode, ao contrário, reforçá-los: um pesquisador muito dependente da literatura torna-se dependente dos outros pesquisadores e pode chegar aos mesmos impasses.

Quando se vai a campo para a pesquisa empírica, os instrumentos mais usados são a entrevista e a análise de conteúdo. Nos dois últimos dossiês das edições analisadas encontramos também o uso da análise de discurso, predominantemente da linha francesa. As entrevistas se caracterizam como forma de acesso às realidades sociais, permitindo a relação com uma realidade específica, mas ao mesmo tempo tais realidades não são fáceis de serem apreendidas. Sobressai aí o jogo das interações sociais e das várias ressignificações produzidas pelos discursos. (POUPART, 2008).

O estudo de caso se destacou como a modalidade mais utilizada para trabalhar a empiria, talvez por facilitar o entendimento da prática de Comunicação Organizacional, já que a área é marcada por interseções entre os conceitos e o empírico. Essa modalidade de pesquisa busca estudar um fato determinado da realidade social contextualizado como parte de um todo, imerso num contexto mais amplo.

Os estudos de caso têm várias aplicações. Assim, é apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado. Além disso, parece ser apropriado para investigação de fenômenos quando há uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser diretamente observados e não existem leis básicas para determinar quais são importantes (VENTURA, 2007, p. 385).

Outro elemento fundante para o desenvolvimento da pesquisa foi a quantificação das referências bibliográficas usadas pelo pesquisador na construção do seu texto. O processo se deu no sentido de verificar quais eram os autores mais referenciados, qual o seu campo de pertencimento e se houve presença em duplicidade dos autores. A bibliografia se constituiu como operador importante para entender as bases conceituais do campo e situar de forma mais adequada as questões epistemológicas emergentes. Nesse sentido, ela foi percebida não como simples empilhamento de indicações de livros, revistas e artigos, mas, sim, como visão de sentidos que marca a fundamentação teórico-conceitual da produção, indicando o lugar que o pesquisador deseja ocupar na comunidade científica.

Observamos que a quantidade de referências mobilizadas varia de duas a 10 na maioria dos artigos (50%), e de 21 a 35 referências em 13% dos textos analisados. Outro ponto notado foi a baixa utilização de autores e periódicos da Comunicação Organizacional (8%) e do campo da Comunicação (23%). Constatou-se o predomínio de autores estrangeiros do campo da gestão (43%), da Sociologia e da Psicologia, deixando de lado a arena a qual pertencemos, que é a Comunicação Social. Consequentemente, a utilização da cocitação é quase inexistente, 6% dos autores da área organizacional e 21% de autores da Comunicação. Como declaram Bouzon e Oliveira (2015, p. 144),

esses dados demonstram a timidez dos autores brasileiros da área de Comunicação Organizacional em inserir a produção do colega no sentido de avançar, ampliar ou questionar os aportes teóricos conceituais desenvolvidos e analisados, contribuindo diretamente para a constituição de nosso campo.

Esta constatação ressalta que ainda damos os passos iniciais na construção epistemológica da Comunicação Organizacional. Conhecemos e trabalhamos com a perspectiva das interfaces, mas é preciso reconhecer que não podemos deixar que o campo seja obscurecido pelos fundamentos de outras áreas. É preciso investir no olhar comunicacional no ambiente das organizações para promover a dinâmica interativa e seus relacionamentos com a sociedade a partir do compartilhamento e

da troca de informações, ideias e processos. Esse fenômeno gera outro também significativo que é a não utilização da cocitação. Se quisermos promover nossa disciplina devemos nos apoiar nas revistas científicas para democratizar os princípios comuns e valorizar a cocitação. Só assim será possível avançar na consolidação da Comunicação Organizacional no cenário acadêmico e científico. Oportuno resgatar Bouzon e Oliveira (2015, p.146), que indagam:

Se a bibliografia não constitui um suporte para trabalhos posteriores, qual será o futuro das ciências da comunicação se nossas reflexões não são retomadas, discutidas e aprofundadas pelos pesquisadores de nossa especificidade?.

O processo investigativo desenvolvido no pós-doutorado nos remete a um espaço de múltiplas e diversas práticas metodológicas; entretanto, a análise dos textos nos leva a observar que os artigos fundamentados em pesquisa se definiam como modalidades qualitativas, seja em relação à coleta dos dados, aos métodos ou aos delineamentos e interpretações produzidas. Uma característica relevante é a construção do objeto de pesquisa, o que lhe dá originalidade. Assim, o objeto dialoga com o campo a partir da interação dos dados coletados com a análise extraída dos dados, caracterizando sua particularidade.

Considerações finais

Fica evidente no processo investigativo que a potencialidade do método de análise da co-ocorrência de palavras ou conteúdos para fazer o mapeamento de determinado campo do conhecimento é promissor, apesar das limitações encontradas no material empírico. No entanto, o método abriu um leque de possibilidades que compreendem desde a elaboração, estudo, manutenção até o uso de diversos instrumentos para conhecer a evolução de um campo da ciência, e/ou acompanhar seu desenvolvimento. Além disso, esta análise possibilitou enxergar o estágio em que se encontra a pesquisa em Comunicação Organizacional, permitindo-nos traçar um panorama de como o campo se estrutura no âmbito teórico, metodológico e, conseqüentemente, em que estágio está a sua consolidação epistemológica.

São esclarecedoras as indicações de que a Comunicação Organizacional é um campo de conhecimento que se constrói no seu caminhar, acolhendo diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que são mais complementares do que rivais, enriquecendo e complexificando ainda mais a área. No entanto, é fundamental evidenciar que temos grandes desafios pela frente. O primeiro é justamente o de “refundar” a epistemologia dos estudos da Comunicação Organizacional, abandonando pressupostos mecanicistas da comunicação presentes em grande parte das pesquisas que têm nas ciências administrativas o seu

ponto de partida metodológico e teórico. Tal “virada epistemológica”, conforme defendido em Oliveira e Soares (2008), implica em ampliação do foco de análise e aposta na diminuição de vieses que a interface com a Administração traz para a compreensão dos fenômenos da Comunicação, quando observados no contexto de organizações e na busca de metodologias que deem conta de problematizar e compreender a dinamicidade e movimento desses fenômenos.

Entre tais vieses destaca-se, por exemplo, grande concentração de estudos sobre a Comunicação Organizacional em casos de instituições com fins lucrativos, nas quais a comunicação assume o papel de suporte às estratégias mercadológicas e institucionais das empresas. Nessas pesquisas torna-se recorrente a visão unilateral e parcial da Comunicação que privilegia a versão da própria organização estudada sobre quais foram os resultados das comunicações que empreendeu, muitas vezes desconsiderando as percepções de outros atores envolvidos no processo. Toma-se, conseqüentemente, a dinâmica comunicacional pelo que a organização (enquanto sujeito da comunicação) afirma ser tal processo. Não se pode entender, assim, que a emissão de informações pelas organizações por meio dos mais diversos instrumentos e mídias implique num processo comunicacional. Isso seria ignorar as possibilidades de incomunicação, de recusa. Vale dizer que tal percepção da comunicação também ocorre devido à opção metodológica de se colher dados junto a fontes primárias pertencentes às próprias organizações estudadas, geralmente líderes e gestores de comunicação e marketing.

Isso nos leva a pensar que não deveríamos confrontar o campo com o conhecimento que temos dele, mas, sim, indagar se a imagem que temos dele resiste aos questionamentos de sua consolidação para ganharmos a capacidade de reconhecer os caminhos dos pesquisadores, sua criatividade, perspectivas e interesses particulares. Assim, toda pesquisa é resultado do entendimento da complexidade da realidade social, o que nos faz observar um objeto a partir das experiências e perspectivas do pesquisador, indicando a particularidade de cada pesquisa. O rigor se encontra na solidez das interpretações teóricas e a articulação com os dados empíricos.

Consideramos importante destacar que os dados aqui apresentados não são suficientes para generalizar as conclusões e considerá-las legitimadoras do campo, pois a produção científica brasileira referente ao campo da comunicação no contexto das organizações é maior e mais significativa do que a estudada e está nas obras autorais, nas coletâneas organizadas por pesquisadores e nos livros dos congressos e encontros nacionais e internacionais. O quadro da produção acadêmica é bem mais amplo, cresce significativamente e vem se consolidando nos últimos três anos. Nesse sentido, ressaltamos que a pesquisa desenvolvida faz parte de um processo de conhecimento da área que não é conclusivo, mas que indica questões que precisam ser encaradas e discutidas. Esperamos que essa preocupação se expanda nos estudos e pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação e pelos pesquisadores para assegurar caminhos mais claros sobre as questões metodológicas e teóricas do campo da Comunicação Organizacional.

Referências

BERNARD F., Constructivisme et sciences de l'organisation. De l'alternative au pluralisme épistémologique "limité". **Revista Communication et langages**, n.139, 1. trimestre 2004, pp. 27-40.

BOUZON, A.; OLIVEIRA, I. L. As revistas científicas de Comunicação Organizacional e suas marcas epistemológicas: um estudo comparativo entre França e Brasil. In: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Informação**. São Paulo, v.38, n.1, janeiro/junho 2015, p. 129-150.

DELCAMBRE, P. **Communications organisationnelles, objets, pratiques, dispositifs**. Rennes, PUR, 2000.

DESLAURIERS, J; KÉRISIT M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J; DESLAURIERS, J; GROULX, L-H; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R; PIRES, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.135.

GINGRAS Y. La fièvre de l'évaluation de la recherche? Du mauvais usage de faux indicateurs, Note de recherche. 2008. Disponível em : <http://www.cirst.uqam.ca/Portals/0/docs/note_rech/2008_05.pdf>. Acesso em : 10 set. 2015.

GIROUX N., DEMERS C. Communication organisationnelle et stratégie. **Management international**, vol. 2, n° 2, 1998, p. 17-32.

GIROUX N., MARROQUIN L. L'approche narrative des organisations. **Revue française de gestion**, n. 159, 2005, p. 15-42.

GUBA, E.G. & LINCOLN, Y.S. **Naturalistic Inquiry**. Sage, California, 1985.

LAPERRIÈRE, A. Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: POUPART, J; DESLAURIERS, J; GROULX, L-H; LAPERRIÈRE, A; MAYER, R; PIRES, A. **A pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.410-435

LE COADIC, Y.F. Princípios científicos que direcionam a ciência e a tecnologia da informação digital. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 205-213, set./ dez. 2004.

MORILLON L., BOUZON A., COOREN F., Pour une approche communicationnelle de l'individu au travail, **Communication & Organisation**, n°36, 2009. pp.8-19.

MUCCHIELLI A., GUIVARCH J., **Nouvelles méthodes d'étude des communications**, Armand Colin, Paris, 1998

MUCCHIELLI A., **La nouvelle communication: épistémologie des sciences de l'information-communication**, Paris, Armand Colin, 2000.

OLIVEIRA, , Ivone de L., SOARES, Ana Thereza N. **Interfaces e Tendências da Comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

PONTILLE D., TORN Y. Reves qui comptent, revues qu'on compte: produire des classements en économie et gestion. **Revue de la régulation**, v. 8, 2. Semestre, Outono 2010. Disponível em : <<http://regulation.revues.org/8881>>. Acesso em : 10 set. 2015.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J; DESLAURIERS,

J.; GROULX, L-H; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.: PIRES, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p.135.

ROBREDO, J. & CUNHA, M. B. Aplicação de técnicas infométricas para identificar a abrangência do léxico básico que caracteriza os processos de indexação e recuperação da informação. *Ci. Inf.* vol. 27, n. 1, Brasília, 1998.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista Socerj*, Rio de Janeiro, set./out., 2007, p. 383-386.

O JORNALISMO E O ENFRENTAMENTO DE CENÁRIOS COMPLEXOS INAUGURAIS:

o surgimento da Aids e do crack

Mozahir Salomão Bruck¹

Resumo: O texto apresenta problematizações acerca dos desafios e dificuldades do fazer jornalístico diante de circunstâncias/situações de caráter inédito que impactam a sociedade, aqui denominados de cenários complexos inaugurais, em que a imprensa fica a mercê de incertezas, dúvidas, generalizações e mitificações que se instalam em lacunas abertas pela impossibilidade inicial de melhor compreensão de tais processos. Esses contextos acabam por estabelecer, no tecido social, novos paradigmas de comportamento coletivo e, muitas vezes, reorientando as próprias relações sociais. Será analisada a cobertura em jornais de referência do surgimento e explosão do crack no Brasil e do *ecstasy* em Portugal, bem como de estudos acerca da cobertura jornalística sobre o surgimento da Aids nos dois países.

Palavras-chave: Jornalismo. Cenários complexos inaugurais. Drogas. Aids.

1 Pós-doutor pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da PUC Minas.

JOURNALISM AND THE CONFRONTATION OF INAUGURAL COMPLEX SCENARIOS: the emergence of SIDA and crack

Mozahir Salomão Bruck

Abstract: The text presents questionings about the challenges and difficulties of doing journalism in the face of circumstances/situations of unprecedented character that impact society, here called complex scenarios, where the press is at the mercy of uncertainty, doubt, generalizations and myth making that are installed in open gaps by initial impossibility for better understanding of such processes. Such contexts tend to establish, in the social fabric, new paradigms of collective behavior, often by redirecting their own social relations. It will be analyzed in the newspaper coverage the emergence and explosion of crack cocaine in Brazil and ecstasy in Portugal, as well as studies about the news coverage about the emergence of SIDA in the two countries.

Keywords: Journalism. Inaugural complex scenarios. Drugs. SIDA.

1. Os cenários complexos inaugurais

O avanço na construção da noção dos cenários complexos inaugurais teve como ponto de partida pesquisas sobre os imaginários e modos de representação do periódico *Estado de Minas*, jornal de referência² da capital mineira, acerca do surgimento e explosão da droga crack na cidade de Belo Horizonte (MG, Brasil). O estudo, que abrangeu 15 anos de cobertura do jornal sobre o comércio e uso da droga, evidenciou que, no momento de aparecimento do crack na capital mineira nos anos 1990 a imprensa apresentou nítida instabilidade nessa cobertura. Os textos jornalísticos analisados (notas, notícias e reportagens) em muitos momentos acabavam mais, em função de características e peculiaridades próprias do fazer jornalístico e das narrativas produzidas por este campo e pelo modo como as mídias se fazem presentes na sociedade, por reforçar, de modo enviesado, aspectos mais agudizados da questão. Em determinados momentos e circunstâncias, mais opacizando do que contribuindo para melhor compreensão e debate sobre os diversos aspectos relacionados à droga. Muitos dos hoje reconhecidos enganos e mitos acerca do crack foram, na fase inicial da cobertura (e, de algum

2 A pesquisa “Representações do crack na imprensa mineira: imaginários do jornalismo sobre a droga e agentes envolvidos” tem o apoio da Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do *Estado de Minas Gerais*) e foi realizada de março/2012 a março/2013. Atuou na pesquisa como bolsista BIC a então graduanda Jeane Caroline Moreira de Oliveira.

modo, ainda hoje assim persistindo), reforçados pela cobertura jornalística. Destaque-se, no entanto, que tais equívocos muitas vezes tinham como porta-vozes os próprios especialistas das áreas de saúde e de segurança pública consultados pelos jornalistas.

Na tentativa de qualificação de nossa discussão, percebemos que alguns estudos sobre o processo de midiatização inicial sobre Aids poderiam nos ser muito úteis. Assim, a revisitação a dois estudos sobre a cobertura do surgimento da Aids no Brasil (CARVALHO, 2009) e em Portugal (TRAQUINA, 2003) também se constituíram fontes importantes para o avanço de nossa reflexão. É que no caso da cobertura pela imprensa do surgimento da doença, a Aids foi inicialmente identificada como “câncer gay” e o seu aparecimento atribuído a “grupos de risco” (homossexuais, prostitutas, haitianos, hemofílicos e usuários de drogas) e sua perspectiva ganhou, acima de tudo, uma conotação de regramento moral. Somente com o passar do tempo é que a cobertura jornalística incorporou novas informações e compreensões (à medida que o esclarecimento se efetivava nos próprios campos da ciência e da medicina) – mas até então significou para os grupos de portadores de HIV e dos mencionados ‘grupos de risco’, atitudes de preconceito e discriminação.

Cotidianamente, o jornalismo lida com acontecimentos novos, irrupções da superfície lisa da realidade, construindo discursivamente um mundo possível (ALSINA, 2009). O imprevisível e o surpreendente, pode-se assim dizer, fazem parte da rotina do jornalismo que, entre outros tantos papéis, tem a função de mediar tais fatos que, por sua natureza de imprevisibilidade – certamente um dos mais relevantes critérios de noticiabilidade – são guindados à condição de acontecimento jornalístico e, por conseguinte, noticiados (WOLF, 1999). É importante notar que o próprio imprevisível se faz, de modo contínuo, uma expectativa do jornalismo, que é movido pelo que se costuma chamar de factualidade cotidiana.

Nosso entendimento é de que tais rupturas do contínuo, das ordens e dos funcionamentos regulares – ou como destacou Rodrigues (1993), a falha, a inversão e o excesso – são, em geral, os pontos de partida do

trabalho cotidiano do jornalismo que, na verdade, conta com eles e deles se alimenta para revigorar-se. A novidade é a matéria-prima e objeto do jornalismo, bem como dar forma ao informe é seu objetivo, vocação e expertise. Em uma palavra, sua função social.

Nossa problematização não se deteve, por opção, sobre o acontecimento imprevisível, este, que mesmo assim o sendo, faz parte da lógica do trabalho jornalístico. A atenção se voltou para processos que se instalam na sociedade, com visíveis impactos e rearranjos dos modos de percepção dos temas que envolvem. Foi a partir da verificação dos modos como o jornalismo abordou em Belo Horizonte (MG, Brasil) o surgimento e explosão do crack nesta cidade a partir do ano de 1996³, que despertamos nossa atenção para circunstâncias em que ocorrências marcadas, primeiro por certo ineditismo e, ao mesmo tempo, com efetivo poder de alteração/reordenamento/reorientação de práticas e relações sociais, geralmente estabelecendo para o jornalismo novas condições e determinantes de produção noticiosa.

Pode-se afirmar, de maneira relativizada, que a imprensa, em vários países, experimentou processo similar, no início da década de 1980, quando do surgimento da Aids. O pesquisador Nelson Traquina fez aprofundado estudo sobre a atuação do periódico português *Diário de Notícias*, entre os anos de 1981 e 1991, na cobertura jornalística da Aids em Portugal. Traquina afirma que na cobertura da Aids pela imprensa portuguesa, a exemplo de tantos outros países, verificou-se posturas similares de simplificação do problema Aids e a tendência ao estabelecimento de quadros explicativos redutores da complexidade da questão.

O pesquisador português assinala que a presença da Aids no noticiário português experimentou diferentes “eras” nessa cobertura. Inicialmente

3 Ver CRACK NA IMPRENSA: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). Disponível em www.compos.org.br.

houve uma era invisível⁴ (pouca presença no noticiário e destaque de fontes biomédicas – enquadramento da Aids como estória homossexual); em seguida a era fantasma (forte tom de medo, aumento no número de notícias e postura ambígua da imprensa: discurso das autoridades tentando tranquilizar os leitores, mas as metáforas do próprio jornal evocando os riscos); a era política, marcada por um *boom* no número de notícias sobre a Aids, em que se destaca o governo e as políticas públicas de prevenção como atores principais do noticiário. Finalmente, a era da rotina, em que são relevados a investigação científica (portanto, acontecimento noticioso em desenvolvimento) e o avanço da epidemia em Portugal e no resto do mundo (acontecimento noticioso em continuação).

Ao determo-nos sobre estudos que analisaram o comportamento da imprensa brasileira nas coberturas referenciadas neste artigo, observou-se que passado um momento de invisibilidade, que também os jornais brasileiros adotaram de modo sucessivo posturas de alardeamento, cristalização de mitos e um momento posterior de reangulação da discussão, buscando estabelecer, de modo mais assentado, quadros explicativos mais esclarecedores.

Em uma palavra, esses novíssimos cenários e contextos que impõem ao jornalismo novas estratégias de tentativa de compreensão e relato dos fenômenos que os substanciam impõem aos jornalistas efetivos desafios e dificuldades em termos do estabelecimento de uma cobertura coerente e de qualidade. Esclarecedora e reflexiva. O que neste artigo denominamos de *cenários complexos inaugurais* parecem, por assim dizer, desvelar a limitada capacidade do jornalismo em perceber o acontecimento além de sua superfície ocorrencial, num processo circunstanciado por uma lógica de produção marcadamente fragmentária e fabril.

4 Assim Traquina (2003) nomeia a primeira era das seguidas fases da cobertura pela imprensa portuguesa da Aids, a partir dos estudos de Rogers, Dearing e Chang (1991), “AIDS in the 1980’s: The Agenda-Setting Process for a Public Issue”, publicado na revista *Journalism Monographs*, nº 128.

2. Jornalismo e drogas: foco no acontecimento, não na problemática

Foi a partir da verificação dos modos como o jornalismo abordou em Belo Horizonte (MG, Brasil) o surgimento e explosão do crack nesta cidade a partir do ano de 1996⁵, que despertamos nossa atenção para circunstâncias em que ocorrências marcadas, primeiro por certo ineditismo e ao mesmo tempo, com efetivo poder de alteração/reordenamento/reorientação de práticas e relações sociais, geralmente estabelecem para o jornalismo novas condições e determinantes de produção noticiosa que lhe impõem desafios e dificuldades para a realização de uma devida cobertura de tais temas/assuntos – *os cenários complexos inaugurais*.

As observações relativas a uma década e meia (1996-2011) das inscrições sobre o crack no jornal *Estado de Minas*⁶ confirmaram a hipótese

5 Ver CRACK NA IMPRENSA: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). Disponível em www.compos.org.br.

6 O jornal *Estado de Minas* foi fundado em 7 de março de 1928 em Belo Horizonte. O diário, conhecido como “o grande jornal dos mineiros”, tem o formato standard e também está disponível, para assinantes, em versão digital. Atualmente possui circulação de aproximadamente 112 mil exemplares aos domingos (Fonte: IVC).

inicial da pesquisa *Representações do crack na imprensa mineira: imaginários do jornalismo sobre a droga e os agentes envolvidos*: a cobertura sobre o fenômeno do crack acaba, em função de características e peculiaridades próprias do fazer jornalístico e das narrativas produzidas por este campo e pelo modo como as mídias se fazem presentes na sociedade, por reforçar, de modo enviesado, aspectos mais agudizados da questão. Em determinados momentos e circunstâncias, mais opacizando do que contribuindo para melhor compreensão e debate sobre a droga.

Desde o início da década de 1990, o crack se tornou a maior novidade e a droga de maior impacto social no Brasil: seja pelos seus efeitos sobre os usuários, ou pelo fato – o que também foi considerado uma novidade – de se tratar de uma substância psicoativa relativamente barata e, por isso mesmo, de fácil acesso. Além disso, o uso do crack foi logo associado ao crescimento da criminalidade violenta e do número de homicídios. Outro aspecto diz respeito ao modo como se estabeleceu o comércio da droga. O crack, segundo estudos mais recentes, é distribuído a partir de ampla rede de pequenos empreendedores. É um funcionamento em redes – uma dinâmica de conexões entre seus componentes – que faz emergir um padrão de organização. Nessas redes, pequenos empreendedores, gerentes e ‘soldados’ atuam na venda e na circulação da droga.

Já na segunda fase da pesquisa, com o objetivo de avançarmos em nossa proposição conceitual dos *cenários complexos inaugurais*, procedemos também ao trabalho de coleta e análise de textos jornalísticos do jornal português *Público*⁷ sobre o *ecstasy* em Portugal, entre os anos de 2001 e 2011. Por coerência, optamos por manter os mesmos procedimentos metodológicos que adotamos na coleta e análise dos dados na pesquisa feita anteriormente junto ao jornal brasileiro *Estado de Minas*. Nosso entendimento foi de que as observações e suas respectivas análises sobre as coberturas jornalísticas do crack, no Brasil,

7 O jornal português *Público* foi fundado em 1990. Surgiu da iniciativa de um grupo de jornalistas. O jornal possui hoje circulação nacional, tendo sua edição principal em Lisboa, mas também edições regionais que cobrem todo o país. Mais informações em www.publico.pt.

e do *ecstasy*, em Portugal, poderiam nos fornecer elementos relevantes para, na sua condição de empiria, contribuir em nossa empresa nacional. Portanto, o que se apresenta a seguir são aspectos, reunidos aqui de forma concisa, da observação de corpora e a análise resultante deste investimento empírico.

2.1 Percursos metodológicos para abordagem dos corpora

Um dos desafios da pesquisa empírica no campo da Comunicação Social certamente está na definição de adequados seleção e dimensionamento do *corpus* ou *corpora*. Bardin (1988) e Barros e Targino (*apud* DUARTE; BARROS, 2000), assinalam que entre as principais regras para a constituição do *corpus* destacam-se: i) regra da exaustividade: todos os documentos relativos ao assunto pesquisado no período escolhido devem ser considerados, sem deixar de fora nenhum deles por qualquer razão (dificuldade de acesso, extravio, material desinteressante etc.) e ii) regra de representatividade, ou seja, as pesquisas sociais, de modo geral, abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade, sendo necessário trabalhar com uma amostra.

Optou-se, então, seguindo o critério de representatividade, por uma tipificação dos textos a serem analisados e da valoração dos temas “*crack*” (*Estado de Minas*) e “*ecstasy*” (*Público*) nas notas, notícias e reportagens em que tais termos foram citados. Considerando tal entendimento, os parâmetros metodológicos ficaram assim definidos:

1. Na delimitação do *corpus* para análise da fase brasileira da pesquisa, tomou-se como elementos de observação textos noticiosos publicados pelo *Estado de Minas* entre os anos de 1996 (ano dos primeiros registros policiais da droga na cidade de Belo Horizonte) e 2011 – ano anterior ao início da pesquisa mencionada;
2. Já em relação ao *corpus* da imprensa portuguesa, tomando como objeto o jornal *Público*, definiu-se o período de 2001 a

2011. Demarcar o ano de 2001 nos pareceu duplamente importante, pois naquele ano, como já referido, observaram-se duas situações bastante relevantes: o início da vigência da lei que descriminalizou a droga em Portugal e o ano em que a Polícia Judiciária portuguesa passou a registrar forte ampliação das apreensões do *ecstasy* com conseqüente aumento também dos espaços ao tema na imprensa. Seguimos até o ano de 2011 para que houvesse coincidência no encerramento dos dois períodos pesquisados.

3. Nas duas coletas observou-se notas, notícias e reportagens classificadas segundo o modo e a relevância com que as drogas foram tratadas. A composição dos *corpora* foi estruturada assim: em termos do formato foram coletadas notas, notícias e reportagens que abordaram os temas *crack/ecstasy*, distinguindo-as quando a droga era percebida como sendo apresentada como citação, citação relevante ou assunto principal. Assim, para cada formato informativo/noticioso tivemos, já na fase de coleta, a distinção do dado coletado em relação ao modo de presença da droga em observação, *crack*, naquele item, se como mera citação, citação relevante ou como assunto principal do texto.

Em termos da análise qualitativa adotamos como “reagentes” os elementos apontados por Rebelo (2000), denominados pelo autor de mecanismos de autentificação na construção do texto jornalístico. Para ele, i) a redundância, ii) a apresentação de histórias paralelas, iii) a delegação do saber e iv) o recuo temporal são recursos que proporcionam ao texto da notícia características e circunstâncias ainda mais fortes de verossimilhança. Com tais categorias analíticas, buscamos perceber como, no estabelecimento do discurso jornalístico, a imprensa acaba por constituir e alimentar imaginários em relação às drogas e, em muitos casos, concorrendo para uma simplificação que pode levar à opacização dos complexos aspectos envolvidos na questão.

3. Crack na imprensa: imagens crônicas de um grave problema social

O crack está hoje entre os principais e mais graves desafios enfrentados pela sociedade brasileira e de vários outros países do mundo, seja no campo da segurança pública, da saúde ou das variadas instâncias da assistência social. As ações, programas e políticas de prevenção e combate ao uso do crack se multiplicam e a intensidade da presença do tema na mídia atesta a importância que este tem alcançado na sociedade. Não sem motivos, a droga é associada à ampliação das situações de risco social e pessoal: aumento da violência e criminalidade, ao fortalecimento de grupos criminosos, ao crescimento do número de moradores de rua, à desagregação familiar, entre outros⁸.

8 No final de 2010, uma pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM) sobre a situação do crack nos municípios brasileiros revelou que 98% das cidades pesquisadas enfrentavam problemas com a presença do crack e outras drogas. Um estudo do Instituto Nacional de Pesquisa de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (Inpad) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), divulgado em setembro de 2012, mostrou que a cocaína fumada (crack e ox) já foi usada pelo menos uma vez por 2,6 milhões de brasileiros, representando 1,4% dos adultos. Os adolescentes que já experimentaram esse tipo de droga foram 150 mil, o equivalente a 1% deste grupo. O Brasil responderia, segundo o Inpad, por cerca de 20% do consumo mundial de cocaína e crack.

O levantamento quantitativo contribuiu para revelar o aumento do interesse da imprensa pela cobertura do crack na medida em que a droga foi intensificando seus impactos na sociedade – seja em termos da presença do usuário nas ruas, seja nas questões de saúde pública, especialmente, da associação da droga à violência e ao crime. Já a abordagem do conteúdo das narrativas do *Estado de Minas* foi ao encontro de nosso objetivo de analisar as alusões do jornal ao crack, bem como aos agentes que orbitam em torno da droga (usuários, terapeutas, agentes de saúde, policiais etc.) e de como, de algum modo, tais narrativas contribuem para alimentar mitos e imaginários presentes no senso comum em relação à droga, proporcionando efetiva oportunidade de reflexão acerca dos modos como a imprensa lida com a realidade social e suas complexidades.

Especialistas na pesquisa sobre o crack e seus efeitos na sociedade, Saporì e Medeiros (2010) alertam para o fato de que os meios de comunicação, muitas vezes, acabam por alimentar e ampliar alguns dos mitos e exageros construídos no senso comum, nos últimos anos, sobre a venda e uso do crack. São frequentes as manchetes de jornal que apresentam o crack como personagem dotado de vida própria, mobilidade e poder destruidor. Assim interpretado, o crack agiria sobre a pessoa e ela, tomada por uma capacidade mágica e satânica, atuaria sobre a sociedade de forma devastadora.

As imagens destacadas pelo *Estado de Minas* mostram os espaços urbanos denominados “cracolândias”, nos quais um acumulado de indivíduos deambula com aspecto repugnante. São pessoas sujas, misturadas ao lixo. Simultaneamente, elaboram-se narrativas com apelo emocional, realçando figuras impressionantes, mães desesperadas que relatam experiências individuais traumáticas centradas em tragédias familiares e episódios violentos. Não que isso não encontre correspondência na vida social, mas, no entendimento de Saporì e Medeiros (2010), a intenção dessas notícias parece ser a de estabelecer e legitimar uma relação direta com a demonização da substância e localizar e culpabilizar o indivíduo, concentrando, assim, a atenção da sociedade nesse “problema social” e, ao mesmo tempo, desviando-a dos debates sobre a dimensão estrutural socioeconômica, política, jurídica, clínica e

cultural nas quais o crack e outras drogas estão implicados (SAPORI e MEDEIROS, 2010).

Destaque-se que ao todo foram consultadas 948 edições entre os anos 1996 a 2011, de modo a serem computados todos os textos noticiosos em que houve a menção à palavra crack. A análise quantitativa permitiu-nos depreender informações relevantes a respeito da ampliação da presença da cobertura sobre o crack no *Estado de Minas*. Uma delas é a de que esse aumento coincide com o período em que a droga passa a ser associada mais fortemente à criminalidade e à violência, especialmente a ocorrência de homicídios.

Quando se analisa no jornal a alusão ao crack por modo de incidência, observa-se que nos três tipos de formato – notas, notícias e reportagens – a referência à droga como mera citação é uma constante. No caso das notas, a mera citação alcança entre os anos de 1996 e 2011 o total de 255 ocorrências. Já no caso das notícias, a mera citação está presente em 489 textos analisados e, no caso das reportagens, em 103 registros. Como citação relevante, no período de 15 anos (1996-2011) o crack aparece em apenas seis notas; já as notícias são 25; e nas reportagens, a citação relevante aparece em 44 textos. Como assunto principal, também considerado o período 1996-2011, no que diz respeito às notas o crack surge em quatro edições. Em termos de notícias, ele aparece em apenas dois textos e, no caso das reportagens, esta droga foi o assunto principal em 20 matérias.

Um primeiro olhar sobre o objeto empírico sugeriu-nos que no momento inicial da chegada da droga prevaleceu, além da desinformação a respeito do crack, uma tendência ao reforço, percebido nos conteúdos veiculados, de alguns mitos e imaginários existentes em relação ao crack, seus usuários e aspectos como distribuição, comercialização e efeitos farmacológicos.

Posteriormente, os discursos emanados pelo *Estado de Minas* estabeleceram um movimento pendular que oscilou entre essa visão inicial e percepções e tentativas outras de compreender o fenômeno do crack na amplitude de sua complexidade em termos sociais, econômicos, de

saúde e de segurança pública. No trabalho analítico, buscamos observar em todos os textos noticiosos os aspectos mencionados acima. Do conjunto analisado, consideramos as menções a seguir como merecedoras de destaque e em que ao crack são associadas as seguintes qualificações e predicções que foram ao encontro das questões que este artigo apontou como hipótese:

Adjetivos: pedra maldita; pedra da morte; alucinador; ameaça do momento; prima pobre da droga do brilho; primo pobre do pó branco; pedra do cemitério; droga da violência; droga assassina; vilão da epidemia.

Predicativos: Os excertos apresentados a seguir foram extraídos das reportagens analisadas e consideradas de maior relevância.

1. “Crack invade salas de aula em BH” (ESTADO DE MINAS, 25/08/1996).
2. “Droga forma exército de traficantes e aumenta índices de criminalidade” (ESTADO DE MINAS, 23/10/1996).
3. “Subproduto da cocaína, é geralmente fumado em cachimbo caseiro. O efeito da pedra chega rápido ao cérebro. A droga super excita (sic) os impulsos nervosos e dá ao viciado uma sensação de euforia. Em pouco tempo a pessoa pode ser levada à morte por hemorragia cerebral, convulsão e infarto do miocárdio” (ESTADO DE MINAS 23/10/1996).
4. “Crack cria ‘super-homens’”. (ESTADO DE MINAS, 27/10/1996).
5. “Por outro lado, a polícia parece impotente diante da avalanche do crack, a moeda mais forte do mundo do crime e que patrocina a maioria das tragédias que atingiram muitas famílias na Capital neste semestre (ESTADO DE MINAS, 11/06/2001).

6. “Crack municia atiradores” (ESTADO DE MINAS, 25/09/2005).
7. Um terço dos homicídios em Belo Horizonte ocorreu por causa do tráfico de drogas. E o vilão da epidemia tem nome: crack (ESTADO DE MINAS, 27/08/2010).
8. Tudo por causa do crack (ESTADO DE MINAS, 15/12/2011).
9. Sob domínio do crack (ESTADO DE MINAS 08/11/2011).

Observe-se que, em relação aos excertos acima, mesmo que se possa entender que a construção enunciativa estrutura-se como um “modo de dizer” figurativo, não se pode desconsiderar que a droga, mesmo com seus conhecidos nexos de causalidade e graves efeitos, ganha, por meio da narrativa, um status de ator social, em um processo também de fetichização, em que passa-se a ideia de que o crack – a pedra – por si só, tem a força de provocar efeitos sociais terríveis.

Além disso, a droga é associada ao trágico e ao mal, no sentido de possuir poderes “diabólicos” – oferecendo ao leitor uma imagem satanizada da droga. Ou seja, o crack, em termos da construção narrativa, ganha tratamento de um ator social – um “personagem” do jornalismo –, deixando de ser tratado como – o que seria mais correto – elemento integrante de uma cadeia complexa de nexos causais e de uma rede de acontecimentos e circunstâncias.

4. O *ecstasy* em Portugal

Não se pode pensar a presença do *ecstasy* em Portugal fora do contexto europeu. Os estudos sobre a entrada e a explosão da comercialização e uso da droga no país apontam que o fenômeno se acentuou a partir do contexto macropolítico específico (a queda do muro de Berlim), uma vez que laboratórios da forte indústria farmacêutica baseada no Leste Europeu passaram a alimentar tal distribuição⁹.

Droga de utilização por um perfil de classes média e alta, o *ecstasy* teve os primeiros registros de venda em Portugal em meados da década de 1990¹⁰, mas pouco significativos. A explosão da comercialização da droga, segundo a Polícia Judiciária portuguesa, ocorreu a partir de 2001. A MDMA (nome científico do *ecstasy*: 3, 4-metanfetamina de dióxido de metileno) foi descoberta bem antes de outras, como as anfetaminas ou os alucinógenos. Patentada ainda na metade da década de 1910, na Alemanha, como medicamento para controle do apetite, jamais foi comercializada. Abandonada até a década de 50, quando chegou a ser retomada para fins experimentais (interrogatórios, psico-

9 Fonte: Instituto das Drogas e Toxicodependência – IDT. Disponível em idt.pt em 30.04.2013.

10 Fonte: Instituto das Drogas e Toxicodependência – IDT. Disponível em idt.pt em 30.04.2013.

terapias), teve seu consumo ilegal iniciado nos Estados Unidos ainda nos anos de 1960 e 1970, tendo sido proibida naquele país em 1975¹¹.

Na Europa, a comercialização e o consumo do *ecstasy* fortaleceram-se na primeira metade da década de 1990, quando as pastilhas da droga se espalharam por vários países, tornando-se um problema continental. Segundo o Relatório Anual de 2012 do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependênciaⁱⁱⁱ (OEDT), da União Europeia, em muitos países europeus o *ecstasy* é a droga mais consumida depois da maconha. A popularidade da droga é historicamente associada a contextos de música e dança, embora nos últimos anos esteja se verificando pequena diminuição do consumo e da disponibilidade de *ecstasy* na Europa.

Quando se analisa no *Público* a alusão ao *ecstasy*, por modo de incidência, observando-se os três tipos de formato, a reportagem liderou essa categorização. Do total de 303 textos coletados, foram 133 reportagens, 100 notas e 70 notícias. Já em termos da relevância do *ecstasy* no texto coletado, a referência à droga como mera citação é prevalente. No caso das notas, a mera citação alcança, de 2001 a 2011, o total de 69, entre 100 textos analisados. Já no caso das notícias, a mera citação está presente em 50 dos 70 categorizados como tal e, nas reportagens, em 95 registros, contabilizou-se o total de 133. Como citação relevante, no período de 11 anos (2001 a 2011), o *ecstasy* aparece em apenas seis do total de 100 textos; já nas notícias são cinco; e nas reportagens, a citação relevante aparece em 13 textos. Como assunto principal, também considerado o período 2001-2011, no que diz respeito às notas, o *ecstasy* surge em 25 edições. Em termos de notícias, ele aparece em 15 textos e, no caso das reportagens, a droga foi assunto principal em 25 trabalhos.

A análise dos textos do *Público* confirmou nossa impressão inicial, ainda na fase do pré-teste de leitura: as notas, notícias e mesmo as reportagens sobre as drogas, diferentemente do jornal brasileiro *Estado de Minas*, são apresentadas em um tom bem menos alarmista. Ao mesmo tempo, seus conteúdos são fortes e amplamente voltados à divulgação de estatísticas e informações acerca do consumo, dis-

11 Idem.

tribuição e, principalmente, apreensão do *ecstasy*, e geralmente inscritos em circunstâncias de exclusiva informação associada a fontes oficiais, como se verá à frente.

Isso também pode ser observado em função das poucas variações nas qualificações que a droga recebe nos textos do *Público*. O *ecstasy* é identificado por expressões como *droga do amor* (denominação que apareceu com maior frequência e regularidade, presente em registros de todo o período), *droga emergente* (nos primeiros anos de expansão do consumo da droga em Portugal, especialmente entre 2001 e 2007), e *droga urbana* (termo que depois foi sendo abandonado à medida que a droga tornou-se presente de modo efetivo nas regiões interioranas do país, notadamente a partir de 2004) e, em duas edições, como *fenômeno de fim de século*.

Em termos dos predicativos, presentes nos títulos e corpos dos textos, o *ecstasy* foi referenciado de modos distintos: ora como droga de risco, ora como fenômeno contemporâneo, como moda entre os jovens e mesmo como substância recreativa, que, aliás, mostrou-se ser alusão mais comum à droga:

Predicativos: Os excertos apresentados a seguir foram extraídos das reportagens analisadas e consideradas de maior relevância:

1. “muito usada nas discotecas ou “raves” porque ilude o cansaço físico, podendo-se dançar toda a noite” (*Público*, 30.11.2001);
2. Há reportagens com símbolo da Playboy, da Mercedes, da Ferrari, com anjos, pombas, sorrisos, Harry Potter, tudo a apontar para o potencial energético e recreativo da “*ecstasy*”. Apesar dos símbolos, é impossível saber o que contém cada pastilha (a não ser por análise). O “*ecstasy*” é um derivado da anfetamina (estimulante) produzido em laboratório e pode conter diversas substâncias onde, em princípio, o MDMA (Metilendioxi-metanfetamina, designação científica do “*ecstasy*”) predomina. (*Público*, 06.07.2002);

3. o desconhecimento de regras tão básicas para consumidores habituais, como “a mistura de “ecstasy” com álcool traz risco de morte”, é também prova de que se tratam de novas experiências. O consumo de “ecstasy” e o esforço físico levam à perda de líquidos e à desidratação e podem conduzir a alterações do ritmo cardíaco. (*Público*, 06.07.2002);
4. O consumo das pastilhas nas festas de dança “está cada vez mais alargado e descontrolado, devido à indeterminação do conteúdo dos comprimidos”. (*Público*, 01.09.2002)
5. A “viragem” dos traficantes de heroína para o “ecstasy” pode explicar-se com a chegada ao poder, no Afeganistão, dos “taliban”. (*Público*, 30.10.2003);
6. A ligação da droga ao consumo em festas está a levar a mudanças nos padrões de consumo, conclui ainda. O consumo de heroína, “que ainda é um problema grave”, “já não é chamativo” devido à imagem do “junkie de rua”. Os adeptos da techno “podem tornar-se nos próximos junkies”- numa festa uma pessoa pode chegar a consumir dez pastilhas de ecstasy, exemplifica. (*Público*, 22.01.2006).
7. A discussão sobre o consumo misturado de vários produtos ameaça fazer ruir a distinção entre substâncias lícitas e ilícitas, uma vez que o policonsumo inclui geralmente o tabaco, o álcool e outras substâncias legais. De resto, quase todos os consumidores de drogas podem ser classificados como policonsumidores. (*Público*, 24.11.2006)
8. Conhecida como “miau-miau” ou “m-cat”, a mefedrona está disponível nestas lojas ou em sites que comercializam as ditas “drogas legais”. Comerciantes e consu-

midores dizem que imita os efeitos da cocaína ou do ecstasy. É vendida em saquinhos coloridos, em pó ou em pastilhas e o preço varia entre os 13 e os 35 euros. É vendida com rótulo de “fertilizante de plantas” ou outros semelhantes e um aviso: “Impróprio para consumo humano.” Ingredientes: cetonas, extractos vegetais e glicose. (*Público*, 11.11.2010)

9. Jovens portugueses entre os que mais defendem liberalização de drogas na Europa. (*Público*, 12.07.2011)
10. “Depois da cannabis, os estimulantes do tipo anfetaminas (ATS) são a segunda droga mais utilizada no mundo”. (*Público*, 13.09.2011).

A cobertura pelo jornal *Público*, majoritariamente associada à divulgação de estatísticas oficiais de apreensão de drogas, de novas descobertas científicas e clínicas e inquéritos acerca dos perfis de usuários, reforça a tendência do jornalismo, que parece se assemelhar àquela mencionada por Traquina (2003), de que em assuntos de maior nível de complexidade, como a cobertura da Aids (que foi objeto de investigação daquele pesquisador) em jogar seu foco sobre acontecimentos como entrevistas coletivas de imprensa, divulgações institucionais, eventos sociais e, em especial, ações policiais, em detrimento de abordagens dedicadas à problemática em questão.

No caso dos 303 textos jornalísticos coletados sobre o ecstasy, há forte prevalência de conteúdos como apreensão de comprimidos da droga (119 textos, representando 37,5% do total), divulgação de estudos científicos e clínicos sobre o ecstasy (42 textos, equivalente a 14%), atuação de agentes públicos como policiais e profissionais (23 textos, ou 8%), comportamentos de usuários (15 textos, ou 5% do total) e outros focos e abordagens (35,5 %).

É importante observar que, mesmo sendo o formato com maior quantitativo, as reportagens resultam, em sua maioria, de pautas relativas a fatos e repercussões que têm origem e iniciativa externas à redação do

jornal, ou seja, reforçam também a noção de uma postura mais reativa do que proativa por parte do Público na cobertura sobre as drogas. Mas, ao mesmo tempo, até em função da natureza deste formato, as reportagens são os textos em que os tipos de conteúdo mais se diversificaram e no qual percebe-se o que Genro Filho (2012) nomeia de particularidades do conteúdo noticioso, ou seja, quando o jornalismo tenta avançar das singularidades para as particularidades da informação.

5. Saúde pública e comportamento: surgimento da Aids instala novo cenário estarrecedor

Os pesquisadores Nelson Traquina (Universidade Nova de Lisboa) e Carlos Alberto de Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais) ofereceram importantes contribuições para o entendimento sobre como jornais portugueses e brasileiros reagiram às complexidades impostas pelo surgimento e rápido avanço da Aids em todo o mundo e, em especial, sobre as dificuldades na construção dessa cobertura jornalística e os modos de abordagem de um tema desconhecido e envolto, de modo alargado, em tabus, medos e incompreensões.

Ao acompanhar a atuação do periódico português Diário de Notícias entre os anos de 1981 e 1991, no que se referiu ao registro jornalístico da Aids em Portugal, o autor constatou que, a exemplo de tantos outros países, o jornal revelou posturas similares de simplificação do problema Aids e certa tendência ao estabelecimento de quadros explicativos reductores da complexidade da questão. Nesse sentido, ele enfatiza:

A problemática da AIDS como 'estória' homossexual é reforçada constantemente com um tema repetitivo em que as estatísticas são um imperativo: a doença ataca principalmente os homossexuais. Num artigo de 1 de julho de 1983, é feita uma referência ao termo *grupos de alto risco*, mas o tema homossexual continua

dominante. Uma breve notícia publicada no dia 6 de setembro de 1983 faz referência à morte de dois homossexuais na Argentina e tem como título “A peste cor-de-rosa” (TRAQUINA, 2003, p. 161).

Oportuno reforçar o acompanhamento de Traquina sobre a cobertura jornalística portuguesa sobre a Aids que, segundo ele, experimentou diferentes fases. Primeiramente, uma era que o autor nomeia de invisível diante da tímida presença desta temática no noticiário, ao contrário da destacada presença de fontes biomédicas (enquadramento da Aids como estória homossexual). A fase seguinte, denominada por ele de fantasmagórica, dá o tom de medo, embora seja possível perceber aumento no número de notícias e certa ambiguidade da imprensa por trazer o discurso das autoridades em busca de tranquilizar os leitores, mas ao mesmo tempo mostra as metáforas do próprio jornal evocando os riscos da droga). A etapa seguinte, mais politizada, marcada pelo boom no número de notícias sobre a Aids, destaca o governo e as políticas públicas de prevenção como figuras centrais do noticiário. A última fase ou era da cobertura realça/focaliza a rotina, quando são relevados a investigação científica e o avanço da epidemia em Portugal e no resto do mundo.

O estabelecimento dessas “eras” apontadas por Traquina parece reforçar nossa percepção de que, na arrancada do processo de visibilidade do ‘tema’ Aids, dá-se a instalação de um cenário inaugural complexo. Como pode-se observar, no entendimento do analista a cobertura segue de um ponto de ‘invisibilidade’ para uma era ‘fantasma’, com forte tom de medo e evocação de riscos – em canal direto, pelo que se pode deduzir, com discursos provenientes e retroalimentados no próprio senso comum. Avançando em sua análise e retomando reflexões de Shelsinger (1993) e de Schudson (1986) sobre o tempo como variável da produção jornalística, Traquina nos lembra que sendo o jornalismo uma atividade prática diária, com curto tempo e ritmo intenso para executar seu trabalho, o fazer jornalístico “exige uma ênfase nos acontecimentos e não nas problemáticas”. (TRAQUINA, 2003, p.135).

Isto porque os acontecimentos estão “enterrados” concretamente na teia da facticidade, o quem, o que, quando, onde, por que e como do tradicional lead noticioso. [...] As notícias sobre a AIDS (...) são claramente orientadas para o acontecimento. A AIDS é notícia quando surgem acontecimentos específicos ligados a esta problemática, e as notícias sobre a AIDS são raramente iniciadas por jornalistas. (TRAQUINA, 2003, p.135).

Para o pesquisador, uma conclusão possível de seu estudo é que, em casos como o da Aids, a cobertura jornalística não é proativa, mas reativa:

Os nossos dados mostram que as notícias sobre a AIDS aparecem no *Diário de Notícias* com acontecimentos específicos: a saída de um comunicado de imprensa, a realização de uma conferência, a condenação em tribunal de um soropositivo por violação sexual, as declarações do Papa acerca do uso de preservativos, a morte de uma estrela de cinema de Hollywood. Como já se referiu, os acontecimentos específicos ganham noticiabilidade se envolvem atores com notoriedade ou fontes autorizadas. (TRAQUINA, 2003, p.136).

Traquina coloca em questão a capacidade prolongada da Aids de manter-se ‘noticiável’. Discordando de Rogers, Dearing e Chang, que entenderam que isso seria motivado por uma sucessão de subtemas que alimentaram a Aids como pauta – como novas informações e novas ênfases –, o autor opina que tal visão

“descontextualiza a cobertura dos seus laços reflexivos às práticas jornalísticas e obscurece as narrativas contínuas que constituem o fio primário das notícias sobre a AIDS, nomeadamente as ‘estórias’ que são contadas acerca da AIDS” (TRAQUINA, 2003, p.138).

Retomando aqui a noção que parametriza nossa discussão – os *cenários complexos inaugurais* – e ao articulá-la a estudos promovidos sobre a cobertura jornalística do surgimento e da expansão da Aids no Brasil e em Portugal por Carvalho (2009) e Traquina (2003), respectivamente, o que observamos é que os momentos inaugurais de novos cenários sociais impõem ao jornalismo alargados desafios e dificuldades para suas necessárias angulações e enquadramentos para a produção noticiosa

cotidiana. Partindo-se do pressuposto que tais contextos, marcados pelo ineditismo, estabeleceriam novos parâmetros de compreensão e de abordagens de tais temas/assuntos, eles acabariam por provocar no tecido social novos paradigmas de comportamento individual e coletivo e, muitas vezes, levando a reorientações nas relações sociais. Também por isso, certamente, o trabalho jornalístico tenderia a se desenrolar em circunstâncias de instabilidade, em função de incertezas, generalizações e mitificações – que se instalam nas lacunas abertas pela impossibilidade inicial de melhor compreensão de tais processos.

De acordo com a nomenclatura adotada por Traquina (2003), avançaríamos de uma fase invisível para uma fantasmagórica. Especialmente esta transição interessa-nos nesta reflexão, pois sendo essa fase inicial denominada por ele “invisível”, caracterizada pela ausência de inscrições na imprensa, ou seja, pelo silêncio do jornalismo a respeito de tais temas, o que se observa aí é, na verdade, uma ambiguidade. Teríamos, então, não um ponto inicial de significação, mas um marco zero, um nada. Nessa era invisível, o acontecimento ainda não tem nome, é algo estranho, distinto do cotidiano, mas isolado em sua ocorrência. Ainda inominado, porque não configurado e reconhecível por aqueles atores sociais – médicos, cientistas etc – que diretamente interagem com seus modos de ocorrência e registro, irrompe como um espectro, da natureza do diverso e do opacizado – fenômeno social em gestação.

Traquina nos lembra, por outro lado, que as organizações jornalísticas funcionam no interior de um ciclo temporal específico, “marcado continuamente, incessantemente, despoticamente pelas horas de fecho” (TRAQUINA, 2003, p. 135). Seria exatamente essa tirania das horas de fechamento e da centralidade do conceito de atualidade no jornalismo, e depois da internet, cada vez mais refém e exigido na sua capacidade de dar resposta ao *imediatismo* como valor-notícia (ROSCHO, 1976), que, segundo Traquina, levaria o jornalismo a fornecer aos leitores uma *novidade sem mudança*. Em uma palavra, nessa fase da invisibilidade, os jornalistas, pressionados pelo tempo, “dedicados à atualidade e obcecados pela novidade” estariam, de modo contínuo, envolvidos numa batalha aparentemente perdida para reagir a esse tipo de novo acontecimento. Para o autor português, essa invisibilidade dos processos e

problemáticas exigiria um poder de resposta por parte do campo jornalístico, a partir da garantia de efetivos meios e condições concretas de trabalho para realizar uma cobertura mais compreensiva de algo não-definido nem no espaço e nem no tempo. Diante da impossibilidade dessas condições para fazê-lo, restaria ao jornalismo, “ironicamente, o subterfúgio do tempo para o ligar (o tema) à actualidade” (TRAQUINA, 2003,p. 136).

Nesses contextos, mesmo a reincidência de um tipo diferenciado e desconhecido de infecção que passa a ser observado na área médica gera, a princípio, interesse. É visto como do âmbito das curiosidades, das excentricidades. O tema apenas parece ganhar uma centralidade quando envolve, como no caso da Aids, celebridades.

Não obstante, uma primeira fase, aqui chamada era invisível, estende-se até ao momento crucial que também marcou as notícias portuguesas, da ‘estória’ de Rock Hudson. Nesta era invisível, a AIDS não é um tema com grande noticiabilidade. As notícias são marcadas pela forte presença das fontes biomédicas e enquadradas como uma estória homossexual, como vamos ver mais adiante. Significativamente, a primeira notícia publicada no Diário de Notícias tinha o título “Cancro nos homossexuais”. Após esta era invisível, a cobertura jornalística da AIDS passa pelo que designamos como era fantasma. (TRAQUINA, 2003, p. 152)¹²

Pode-se afirmar que no Brasil, a midiatisação da Aids pela imprensa experimentou momentos que podem assim ser percebidos. As notícias sobre a doença, que mereciam até então pouca atenção e quase nenhum destaque na imprensa, logo em seguida, com a divulgação da contaminação de figuras públicas no País, passaram a ganhar bem mais destaque. Se, como em Portugal, a morte do ator norte-americano Rock Hudson, em 1985, chamou a atenção para Aids, o agendamento da presença da doença no Brasil somente se fortaleceu a partir dos anos 1988-1989. Nesse período, a confirmação de que figuras públicas como o sociólogo Betinho e seus irmãos Henfil e Chico Mário

12 O ator norte-americano Rock Hudson é considerado a primeira grande celebridade internacional a morrer de Aids no mundo.

eram portadores do HIV chamaram a atenção do público. Mas o fato que parece ter definitivamente instalado a Aids como assunto relevante foi a morte do famoso ator de telenovelas Lauro Corona que, depois de ter omitido ser portador da doença, morreu de complicações infecciosas. Naquele mesmo ano, um caso de enorme destaque também na imprensa foi o do cantor Cazuza que, ao contrário de Corona, não se esquivou de confessar sua doença num momento em que falar de Aids era sinônimo de discorrer sobre a própria morte. Entrou para a antologia do jornalismo brasileiro, a edição da revista *Veja*¹³ que trouxe reportagem de capa com uma fotografia do cantor e a manchete “Uma vítima da Aids agoniza em praça pública”.

A fase dita invisível altera-se, em seguida, para a era fantasma em que parece prevalecer na cobertura jornalística sobre a Aids uma postura ambígua: por um lado, por meio de generalizações, um discurso de pavor frente à letalidade da doença e ao desconhecimento da ciência e da medicina em termos dos seus modos de contágio e controle. Por outro, a tentativa do estabelecimento de quadros explicativos para o novo cenário – seja a partir do esclarecimento de seus nexos causais ou mesmo na demarcação de atores principais de uma intriga que envolveria sexo e morte, como foi a constituição inicial da noção de *grupos de risco* que, segundo Carvalho (2009), é alterada, posteriormente, para comportamento de risco:

Conceitualmente, a noção quer indicar que somente pessoas pertencentes a esses grupos poderiam ser atingidas pela síndrome, estando todas as demais a salvo. Por exemplo, acreditou-se, entre alguns médicos e pesquisadores, que a Aids não poderia ser transmitida de uma mulher para um homem através de relações sexuais, mesmo quando a Aids era, na África, uma doença heterossexual.(...) Hemofílicos, prostitutas e usuários de drogas endovenosas completam o quadro dos “grupos de risco”, sendo que apenas os primeiros não sofrem acusações sociais diretas de transgressão das “normas aceitáveis de conduta”, por se situarem como vítimas involuntárias e compulsórias de um mal que se origina em outros locais, uma vez que adquirem o vírus através de transfusões de sangue a que são obrigados a se submeter por questão de sobrevivência. (...)

Segundo o autor, um questionamento mais sistemático em relação à noção de “grupos de risco”, no entanto, somente ocorreu a partir do ano de 1987, quando já se percebiam conhecimentos mais consolidados sobre a doença, que tinha como origem um vírus e também seus modos de transmissão, que não excluíam nenhuma pessoa.

5.1 A Aids na imprensa brasileira

Assim como em Portugal e tantos outros países, a cobertura pela imprensa do surgimento da Aids no Brasil, na primeira metade dos anos 1980, foi marcada por certo estarrecimento que, entre outros motivos, pode ser explicado pelo que vimos denominando de *cenário complexo inaugural*, um novo contexto que se instala de modo tão impactante que tem o poder de estabelecer, no tecido social, novos paradigmas de comportamento coletivo e, muitas vezes, reorientando as relações sociais.

O pesquisador Carlos Alberto Carvalho realizou importante estudo sobre a cobertura jornalística da AIDS entre os anos de 1983 e 1987 (CARVALHO, 2009). Centrando seus estudos no jornal *Folha de São Paulo*, Carvalho assinala que no primeiro ano de seu *corpus* de observação (1983), apenas dez matérias foram publicadas no periódico sobre a AIDS. Para o pesquisador, a cobertura do tema teve um início “discreto” na Folha – o que sugere ser o período a “era de invisibilidade” destacada por Nelson Traquina, referindo-se ao trabalho do jornalismo sobre a AIDS em Portugal.

No entanto, não é apenas a restrição numérica que indica um aparcimento sem muito alarde. Também deve-se considerar que em nenhuma edição daquele ano por nós analisada, o tema foi destaque em chamada de primeira página, nem ocupou espaços nobre ou consideráveis do jornal (...) A Aids aparece na Folha pela primeira vez em um artigo de Paulo Francis, que comenta os reflexos do surgimento dos primeiros casos nos Estados Unidos, causando o que denomina “delírio do sexo”, levando preocupação aos norte-americanos, especialmente os homossexuais(...). (CARVALHO, 2009, p.98)

Importante observar que no ano seguinte aos primeiros registros, em 1984, o número de textos sobre a Aids na *Folha* caiu para apenas seis matérias, apesar de, na imprensa internacional, a doença ter sido assunto mais presente. Em 1985, este número tem uma forte elevação – 93 textos, mas voltou a cair no ano seguinte (37). A Aids se tornou tema muito presente no jornal somente a partir de 1987. Naquele ano, que parece corresponder à era fantasmagórica mencionada por Traquina (2003), foram registradas 259 matérias. Nos quatro anos (1983-87) de levantamento realizado por Carvalho (2009), foram contabilizadas 405 matérias. Desse total, o pesquisador aponta que a grande maioria (368) foi publicada no caderno *Geral/Cidades*

Carvalho (2009) destaca que não apenas no primeiro ano de cobertura da doença, mas também nos posteriores de seu estudo acerca da *Folha*, o acompanhamento realizado do jornal brasileiro apontou a persistência de enquadramentos enviesados da Aids:

qual seja, chamar a Aids de “doença de homossexuais”, repetindo procedimento comum a jornais do mundo todo, inclusive no Brasil, com a diferença de que, ao contrário do (QUE?)ocorreu no caso da *Folha*, verificou-se como procedimento recorrente em outros países tratamento sensacionalista, como chamadas de capa garrafas dando destaque ao “câncer gay” ou à “peste gay”, conforme se tratava a Aids, a partir dos conhecimentos médicos então disponíveis (CARVALHO, 2009, p.98).

No entendimento do pesquisador, os próprios limites da compreensão das áreas médica e científica acerca da doença foram determinantes para a cobertura jornalística sobre a Aids. O autor salienta que em todos os anos analisados a noção de “grupos de risco” adotada na primeira hora por médicos e cientistas (e combatida anos depois pelos próprios especialistas, pois significava um equívoco em termos do potencial de transmissão da doença), esteve sempre registrada nos textos analisados. Esta ideia, constantemente presente nos discursos de autoridades de saúde e, por consequência, nas matérias jornalísticas, demarcava como transmissores da Aids os homossexuais masculinos, os hemofílicos, os usuários de drogas endovenosas e os haitianos.

Deve-se observar que se a cobertura jornalística da *Folha* caracterizou-se, inicialmente, por certa “discrição”, o rápido crescimento do número de casos da doença fez com que o assunto passasse a estar presente quase que diariamente nas páginas do jornal a partir de 1987. Naquele ano, a visível diversificação temática na abordagem da doença e das fontes de informação propiciou que os tensionamentos presentes na sociedade – *agentes de saúde x cientistas x portadores do HIV x discursos moralistas*, entre tantos outros grupos e discursos – levaram, por um lado, ao alardeamento dos riscos e a certo pânico e reforço do tom sexista em relação à doença. Por outro lado, contribuíram também para o ingresso numa certa rotinização da cobertura, à medida que as fontes de informação e, em especial, os enquadramentos e angulações da temática, iam, por assim dizer, se estabilizando, a despeito de persistente tensão entre jornalistas e cientistas, como observou Carvalho (2009, p. 112) em função de mútua desconfiança – os repórteres partiriam do princípio de que os pesquisadores sonegam deliberadamente informações, enquanto os segundos quase sempre não se sentiriam à vontade para expor suas pesquisas, “por acreditarem que eles, não sendo especialistas no tema científico, poderão promover abordagens superficiais ou mesmo distorcidas”. (CARVALHO, 2009, p. 112).

Em estudo realizado sobre as narrativas construídas sobre a Aids também pelo jornal *Folha de São Paulo*, mas no período 1994-1995, Rosana de Lima Soares chamou a atenção para o fato de que já no início da cobertura, no princípio dos anos 1980, a imprensa, no caso aqui referindo-se diretamente ao periódico *Folha de São Paulo*, já cristalizava muitos dos (pré) conceitos que, por décadas, iriam cancelar as referências à Aids.

O que se destaca nessas primeiras matérias é o fato de que alguns elementos nelas cristalizados permanecem até os dias de hoje. Entre eles, destacam-se as referências aos homossexuais (na matéria de 06/06/83, por exemplo, a expressão doença de homossexuais é usada como sinônimo de Aids) e aos usuários de drogas, o tom alarmista das matérias demonstrando que a ciência — que tudo sabe — não sabia sobre a doença e, de início, nem sobre seu agente transmissor, a ideia de que a doença “espalhava-se” pelo mundo, a imagem da doença como um “mal a ser combatido”. Foi

assim que a Aids começou a escrever sua história nos primeiros escritos publicados na Folha de S. Paulo. (SOARES, 1998, p 53).

As análises e estudos mencionados revelam ainda que o marco zero dessas coberturas para os jornalistas denota perceptível dificuldade no modo de enquadramento e angulação de temas novos e mais complexos. Mais ainda: não apenas por se apresentarem como efetiva novidade, mas em função do complexo enredamento de que resultam, esses cenários inaugurais parecem provocar nos media uma reação de perplexidade em que alternam-se narrativas que tendem a valorizar do senso comum à abordagem médica; das experiências singulares às estatísticas globais; da contação de estórias a explicações científicas. Não que tais abordagens sejam, a princípio, excludentes, mas chamou atenção a reiteração pelos analistas de que a cobertura da imprensa no caso da Aids, de certo modo, patrocinava e fazia reverberar aspectos emocionais, transformando a doença em verdadeiro ator social, dotado de poderes mortificantes o que, em última análise, fragilizava as possibilidades de reflexão e esclarecimentos sobre seus graves efeitos sociais.

6. Considerações finais

A retomada dos estudos das mencionadas coberturas jornalísticas sobre a Aids de algum modo acabou por reforçar nosso entendimento de que diante de lacunas explicativas e da falta de clareza no que diz respeito às relações causais desses fenômenos, tais coberturas ganharam forte tendência à cristalização de mitos (BIRD E DARDENNE, 1993) e de postura fetichizante. Circunstâncias e contextos que, ao seu modo, muitas vezes acabaram por contribuir para a opacização ainda maior da visada sobre tais cenários, marcadamente complexos em seu nascedouro. Em uma palavra, os cenários complexos inaugurais. Deve-se destacar também que, por outro lado e paradoxalmente, essas coberturas sobre a Aids apresentaram em determinados momentos discussões e debates que efetivamente contribuíram para iluminar o tema. Uma cobertura que faz com que as visões oferecidas pelos jornais esbocem-se, muitas vezes, em edições subsequentes, em uma sucessão pendular entre o sensacional e mítico e a descrição objetiva e pretensamente reflexiva.

Por assim dizer, vale ressaltar que nos estudos considerados neste artigo sobre a abordagem dos fenômenos pela imprensa, o surgimento e expansão da Aids, observou-se associação entre os efeitos de uma cobertura marcada pela fragmentação de conteúdos e sobrevalorização das chamadas fontes de autoridade, ou seja, espe-

cialistas das áreas de saúde e autoridades governamentais. Além disso, deve considerar-se que a dificuldade inicial de enquadramento de tais temas e a angulação das abordagens por parte dos jornalistas contribuíram para a sobrevalorização equivocada de alguns dos aspectos dos mencionados fenômenos em função de seu ineditismo e complexidade, colocando-se para a imprensa como um desafio em termos de construção de relatos noticiosos mais assentados e esclarecedores.

7. Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 2009.

BENETTI, M. e FONSECA, V. P. S. *Jornalismo e acontecimento*. Florianópolis, Insular, 2010.

BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C. BENETTI, M. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 2008.

BIRD, S. E. e DARDENNE, R. W. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In TRAQUIINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa, Vega. (p. 263-277), 1993.

BRUCK, M. S. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). Artigo apresentado à Compós em 2013.

BRUCK, M. S. e CARVALHO, C. A. *Jornalismo: cenários e encenações*. São Paulo, Intermeios, 2012.

CARVALHO, C. A. *Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de São Paulo de 1983 a 1987*. São Paulo,

Annablume, 2009.

CORREIA, João Carlos. **Teoria e crítica do discurso noticioso: notas sobre jornalismo e representações sociais.** Covilhã, 2008. Disponível em <http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom>

CORREIA, J. C. (2004). *Comunicação e cidadania: os media e a fragmentação do espaço Público nas sociedades pluralistas.* Lisboa, Livros Horizonte.

DAYAN, D. e KATZ, E.. *A história em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão.* Coimbra, Minerva, 1999.

DUARTE, J. e BARROS, A. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.* São Paulo, Atlas, 2000.

FAUSTO NETO, A. *Comunicação & mídia impressa. Estudo sobre a AIDS.* São Paulo, Hacker Editores, 1999.

FAUSTO NETO, A. *Escrituras sobre a enunciação jornalística. In: Comunicação e Espaço Público, Ano XI, no. 1, 2008.*

FRANÇA, Vera Regina Veiga. *O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: Oliveira, L. e FRANÇA. V. R. V. Acontecimento: reverberações.* Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

GOMIS, L. *Teoria del Periodismo.* Barcelona, Paidós, 1991.

MEDITSCH, Eduardo. *Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.* Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

MEDITSCH, E. *O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: Media e Jornalismo.* Coimbra, Edições Minerva Coimbra, 1997.

MEDITSCH, Eduardo. *Consentimento para matar: o contexto sociocultural como substrato do acontecimento na cobertura de guerra na im-*

prensa norte-americana. In: MARROCO, B. et al. *Jornalismo e acontecimento*. Florianópolis, Insular. (p. 131-146), 2012.

MOUILLAUD, M. e PORTO, S. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, Editora UnB, 2002.

MOUILLAUD, M. e TÉTU, J. *Le jornal quotidien*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, (p.153-172), 1989.

Público, Portugal, 30 nov. MULHERES que consomem «ecstasy» mais susceptíveis a danos cerebrais do que homens.. Disponível em: <www.publico.pt em 24.07.2013.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V. R. V. e OLIVEIRA, L. *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

REBELO, J. *O discurso do jornal: o como e o porquê*. Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

RODRIGUES, A. D. *Comunicação e Cultura – A experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença, 1994.

SAPORI, L. F. e MEDEIROS, R. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2010.

SOARES, R. L. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, n. 2, 1998.

SONTAG, S. *A AIDS e suas metáforas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SOUSA, J. P. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra, Minerva, 2000.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

TRAQUINA, N. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

Apoio:



CAPES

Realização:



Faculdade de
Comunicação
e Artes da
PUC Minas

Programa de Pós-graduação
em Comunicação Social



PUC Minas